

O E S S E N C I A L S O B R E

Mário Soares

Augusto Santos Silva

IN IMPRENSA
NACIONAL

IN IMPRENSA
NACIONAL

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA A COMERCIALIZAÇÃO

O ESSENCIAL SOBRE

Mário Soares

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O E S S E N C I A L S O B R E

Mário Soares

Augusto Santos Silva

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Índice

- 7 **Introdução: Uma análise do legado político de Mário Soares**
- 13 **Capítulo I: Da liberdade contra a ditadura**
- 23 **Capítulo II: Da Revolução como liberdade**
- 33 **Capítulo III: Do Governo como ação**
- 43 **Capítulo IV: Da Presidência como união**
- 53 **Capítulo V: Da palavra como arma**
- 67 **Capítulo VI: Da política como cultura**
- 79 **Conclusão: Um legado incontornável**
- 91 **Referências**

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Introdução

Uma análise do legado político de Mário Soares

Mário Soares nasceu em Lisboa, em 1924. O seu pai, pedagogo prestigiado, era um convicto republicano, que servira como ministro da Primeira República e foi, depois, um opositor intransigente ao regime do Estado Novo. A formação cívica e política de Mário Soares fez-se no seio desta família e das suas relações, e também pelo contacto, ainda na adolescência, com o Partido Comunista Português (PCP), de que foi membro, tendo sido um dos responsáveis pelo MUD (Movimento de Unidade Democrática) Juvenil, a estrutura de juventude do movimento de unidade oposicionista fundado no fim da Segunda Guerra Mundial.

Tendo, entretanto, saído do Partido Comunista, tornou-se um ativista das diversas plataformas que foram reunindo republicanos, democratas e socialistas. Depois de ter concluído Ciências Histórico-Filosóficas e estando impedido de lecionar no ensino público, licenciou-se em Direito, vindo a ser advogado de múltiplos presos políticos e da viúva de Humberto Delgado,

na sequência do assassinato deste, em 1965. Ele próprio foi diversas vezes preso pela ditadura, tendo sido deportado para S. Tomé em 1968, de onde regressou já sob o consulado de Marcello Caetano, para ser coagido, algum tempo depois, a partir para o exílio. Empenhado em duas grandes causas – reforçar a oposição ao Estado Novo por via da convergência das várias forças democráticas e antifascistas; afirmar, dentro delas, a autonomia política e estratégica dos socialistas –, cofundou, em 1964, a Ação Socialista Portuguesa, a qual se transformaria, em 1973, por sua iniciativa, no Partido Socialista (PS). Exilado em França desde 1970, desenvolveu contactos internacionais, designadamente com a família socialista, social-democrata e trabalhista europeia, afirmando-se como o rosto principal das forças democráticas portuguesas.

Derrubado o regime ditatorial pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), no 25 de Abril de 1974, regressou imediatamente a Lisboa e foi ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Provisório. Secretário-geral do PS entre 1973 e 1986, conduziu o partido à vitória nas eleições para a Assembleia Constituinte, em 1975, liderou o campo anticomunista e, em aliança com o setor mais moderado do MFA, triunfou na crise do 25 de Novembro, impondo o modelo de uma democracia pluralista e multipartidária.

Renovando a vitória eleitoral em 1976, agora para a Assembleia da República, foi primeiro-ministro do I Governo Constitucional, solicitando formalmente a adesão à então chamada Comunidade Económica Europeia (CEE, atual União

Europeia). Esteve à frente de mais dois governos (o II, em 1978, e o IX, entre 1983 e 1985), tendo neste concluído e assinado o Tratado de Adesão à CEE, em junho de 1985. Concorreu às eleições presidenciais, que venceu à segunda volta, tornando-se em 1986 o primeiro Presidente civil eleito por sufrágio universal. Terminado, dez anos depois, o segundo mandato, manteve-se politicamente ativo, tendo sido deputado ao Parlamento Europeu entre 1999 e 2004, e vindo a concorrer de novo, em 2006, à Presidência da República, desta vez sem qualquer sucesso. Desempenhou várias outras funções e cargos públicos, entre os quais o de presidente da Comissão Mundial Independente para os Oceanos, entre 1995 e 1999, e da Comissão da Liberdade Religiosa, de 2007 a 2011.

Eis, em quatro parágrafos, o brevíssimo resumo de uma vida cheia e, desde a adolescência, dedicada à causa pública. Uma vida de ação, de luta política, como tantas vezes a caracterizou, e também de pensamento e cultura. São os três lados de um triângulo. O enquadramento cultural da ação política era dado pelo humanismo, o racionalismo e o secularismo europeu, e por uma inclinação pessoal muito particular para a literatura e as artes plásticas, além da curiosidade infatigável. O gosto pelo debate e a prática regular do ensaísmo, assim como a importância que sempre concedeu às ideias políticas, explicam o enorme acervo de textos de memória, testemunho, intervenção e reflexão que nos deixou, reunidos em dezenas de livros de diversa natureza – monografias, entrevistas, diálogos, crónicas e artigos de opinião, discursos e relatórios. E exerceu

continuamente a atividade política, como militante e líder partidário, publicista, advogado, deputado, governante, Presidente, animador de causas e associações; foi o principal fundador do regime democrático e o máximo responsável pelas suas escolhas básicas, em questões institucionais, geopolíticas e económicas. «A política foi também sempre, para mim, um fenómeno cultural», disse em 1996, na grande entrevista que concedeu a Maria João Avelaz (Soares, 2024: II, 406); e esse lugar primordial da cultura é uma das suas marcas, dele que, não se coibindo de ostentar um certo menosprezo pelas declarações, manifestos e programas políticos (sempre muito instrumentais, sempre obrigados às «concessões de vocabulário» – Soares, 2024: I, 328 – ditadas pelas circunstâncias e finalidades), nunca deixou em mãos alheias a justificação filosófica e ideológica das opções políticas fundamentais.

Começando, aliás, pela própria filiação doutrinária. Em *Um Político Assume-se: Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, que publicou aos 87 anos, define-se como «partidário do socialismo em liberdade» e «europeísta convicto» (Soares, 2011: 510). E, nessa e noutras ocasiões, precisa que a primeira fórmula significa combinar democracia política, economia de mercado e justiça social; e que, em matéria europeia, advoga o federalismo. De facto, nos termos mais gerais, é patente a coerência das decisões estratégicas que enformaram a sua ação política com estas posições de princípio: a luta contra a ditadura, a rutura com o comunismo, a oposição à Guerra Colonial e a defesa

da autonomia do socialismo democrático, antes do 25 de Abril; a defesa da democracia pluralista e do modelo europeu, o combate nas mesas de voto e nas ruas contra o risco de uma nova ditadura, agora de esquerda, e a travagem do revanchismo de direita, em 1974 e 1975; a visão da adesão europeia como a melhor garantia para a consolidação democrática e para o desenvolvimento socioeconómico; o posicionamento externo de Portugal como membro de corpo inteiro do sistema das Nações Unidas e do Conselho da Europa, parte do mundo ocidental e da aliança político-militar do Atlântico Norte, e aberto a África e à América Latina; o estabelecimento de políticas sociais, de alcance universal, na educação, na saúde e na segurança social; a recusa do presidencialismo; a denúncia da financeirização da economia mundial globalizada.

Assim sendo, como se poderá apresentar – desajeitadamente a leitores que já não conheceram Mário Soares – o «essencial» sobre o seu pensamento e a sua ação? O método que seguirei – um entre vários possíveis – deixará de lado a sucessão dos factos biográficos e das circunstâncias ambientes, para se centrar sobre os grandes vetores que estruturam o seu legado e reuni-los numa síntese. A pergunta-chave é, portanto: que de mais importante nos deixou Mário Soares, do ponto de vista ideológico e político? Tentarei responder no plano analítico: por muito que o admire – e admiro –, por muito que me sinta parte da sua família – e sinto –, é na perspetiva da história e ciência política que me situo, e com os seus recursos conceptuais, assim

procurando restituir e contextualizar o contributo fundamental de Mário Soares a Portugal e à Europa contemporânea.¹

-
- 1 Para uma abordagem mais doutrinária e normativa, permito-me remeter para o artigo «Os cem anos de Mário Soares nos cinquenta do 25 de Abril», que publiquei, em novembro de 2024, no número 238 da revista *Portugal Socialista*. Resultando do mesmo trabalho de investigação, há alguns cruzamentos e repetições entre os dois textos; mas o registo deste (naturalmente, muito mais extenso) é analítico e o seu destinatário é o público em geral.

Capítulo I

Da liberdade contra a ditadura

1.

O primeiro vetor que organizou a ação política de Mário Soares, desde a década de 1940 até 1974, foi a articulação entre as várias famílias e gerações políticas democráticas que alimentaram a oposição à ditadura do Estado Novo. Era gente que se reclamava, no que respeita a antecedentes oitocentistas, ou do liberalismo progressista (aquele representado pela Constituição de 1822 e pelo setembrismo de Passos Manuel), ou do socialismo mais ou menos utópico (o da Geração de 70 e da fundação, em 1875, do Partido Socialista Português), ou do republicanismo (de Teófilo Braga e do Partido Republicano); e que, no século XX, valorizava, mais ou menos entusiasticamente, ou então criticamente, a experiência da Primeira República, entre 1910 e 1926. Era gente com anterior carreira política, ou vinda mais dos domínios do pensamento; que se quedara pelo ideário fundamental do liberalismo

político, ou procurara pôr-se em dia com as tendências ideológicas propriamente novecentistas.

O facto é que, como outros, mas ele com particular afinco e eficácia, Soares empenhou-se nessa articulação entre as diversas correntes de um campo plural, aliás dividido por divergências internas e experiências de vida e ação pública por vezes contraditórias, e no seu diálogo com as novas ideias e estruturas emergentes na área antifascista, designadamente o comunismo, a social-democracia e alguma dissidência católica. Ele próprio filho de um antigo ministro republicano e ativo conspirador do (como então se dizia) revirinho, João Soares, frequentador desde muito novo dos meios republicanos e socialistas (designadamente do grupo da *Seara Nova*), discípulo de figuras como António Sérgio, Mário de Azevedo Gomes, Bento de Jesus Caraça e Jaime Cortesão, atento às contestações militares a Salazar e à capacidade federadora de oficiais de topo como Norton de Matos e Quintão Meireles, e ao mesmo tempo envolvido na ação prática organizada pelo PCP, Soares procurava, como explicou em *Portugal Amordaçado* (o livro que publicou, em versão francesa, em 1972, e cuja versão portuguesa, mais longa, só sairia dois anos depois), atualizar a matriz republicano-liberal com uma coloração mais socialista; e mobilizar mais gente além dos círculos locais do velho republicanismo, almejando chegar a estudantes e trabalhadores. Querendo tirar todo o proveito da mudança do contexto internacional decorrente da vitória dos Aliados na Segunda Guerra Mundial. E sofrendo a enorme decepção de ver que as democracias poupavam Salazar e Franco, por razões de interesse

geoestratégico e no contexto da nova rivalidade entre o Ocidente e a União Soviética; numa atitude que ele definiu, nada mais nada menos, como «traição» e «hipocrisia» (Soares, 2023: 122-140, ou 2024: I, 100, 136; cf. Soares & Pinto, 2004: 46-49).

Depois, na década de 1950, época de refluxo, e na de 1960, com novos impulsos à contestação ao regime (na sequência da campanha presidencial de Humberto Delgado, de 1958, ou da crise académica de 1962), a mesma preocupação de articulação de várias correntes presidiu à sua ação. O que, operada a rutura pessoal e política com o PCP, se traduziu fundamentalmente na reunião das gerações e linhagens de origem republicana e socialista com as fraturas e dissidências internas ao regime, nomeadamente as protagonizadas por Henrique Galvão, Delgado ou Botelho Moniz. Por conseguinte, do ponto de vista do pensamento político, pode e, a meu ver, deve considerar-se Mário Soares como um dos elos de ligação entre, de um lado, o velho republicanismo e a *Seara Nova* – com a sua crítica de esquerda à República –, e, do outro, as correntes de esquerda democrática, parcialmente triunfantes na Europa do pós-Segunda Guerra Mundial.

Está, porém, nesse esforço, animado de um propósito claro, que é ir progressivamente estabelecendo, dentro do heterogéneo campo da oposição antissalazarista (cuja fragilidade não escondeu, como bem se vê em *Portugal Amordaçado*), a individualidade e autonomia de uma corrente de opinião e, sobretudo, de uma forma e estrutura de atuação propriamente socialistas. A criação da Ação Socialista Portuguesa, em 1964, foi um primeiro momento determinante (cf. Martins,

2005a); como foram, depois, o ensaio de demarcação face ao setor de oposição tendencialmente hegemonizado pelo PCP e seus companheiros de estrada (e que incluía também oposicionistas católicos e personalidades mais independentes), nas eleições de 1969 – com a apresentação de listas separadas da CEUD, Comissão Eleitoral de Unidade Democrática, nos círculos de Lisboa, Porto e Braga; e, enfim, a fundação do Partido Socialista, na Alemanha Ocidental, em abril de 1973 (cf. Martins, 2005b, ou Gomes, 2019).

Os últimos capítulos de *Portugal Amordaçado* evidenciam este esforço de autonomização e o combate pela liderança intelectual e política da Oposição antifascista – o que passou pela atualização programática das correntes republicanas e socialistas, sobretudo naquela área em que se encontravam mais reféns de velhos preconceitos e juízos, ou seja, a questão colonial. Este, explica então Soares, é o «problema-chave que tem estado a bloquear qualquer transformação política e económica», desde logo aquela timidamente ensaiada após a queda de Salazar; e, se não resolvido, pode desembocar numa «tragédia». Melhor fora, portanto, abrir caminho à independência de Angola e Moçambique, não, claro, no modelo rodesiano, mas sim como «autênticos Estados multirraciais, de maioria negra, unidos por laços de estreita amizade e cooperação a Portugal!» (Soares, 2023: 539, 551, 552). Como assinala Fernando Rosas (2023b: 24-27), esse é um dos aspetos decisivos daquela atualização, pondo finalmente os socialistas em linha com a evolução internacional, atentos aos movimentos de libertação, sensíveis ao mal-estar

vividido nas Forças Armadas e preparados para as tarefas do pós-ditadura (cf. Martins, 2005a).

Não é Soares o principal ideólogo desta autonomização, mas sim Mário Sottomayor Cardia. É este que, no opúsculo muito significativamente intitulado *Por Uma Democracia Anticapitalista*, editado pela *Seara Nova* em 1973, e no contexto da crítica à ilusão marcelista de «liberalização pela tecnocracia», teoriza o socialismo democrático com base numa tripla diferenciação: face ao que chama «socialismo autoritário», da então Europa de Leste; face ao «capitalismo»; e face à «social-democracia», que se limitaria a gerir o capitalismo (Cardia, 1973: esp. 48-49, 59-61). Mais tarde, Cardia aprofundará esta oposição entre o que designa «socialismo de distribuição», democrático, e «socialismo de coletivização», autoritário, sustentando a necessidade de «lutar pela autonomização intelectual» do primeiro face ao segundo, bem como de contrariar a «ilusão de um coletivismo democrático» (Cardia, 1982: 130-131). No prefácio a este livro, também sintomaticamente intitulado *Socialismo sem Dogma*, Mário Soares (1982) faz questão de deixar uma síntese doutrinária do socialismo democrático e as razões da sua divergência fundamental com o comunismo: a defesa dos direitos humanos, de eleições livres, do pluralismo político, a recusa da violência e de qualquer tipo de ditadura...

Se não lhe coube o protagonismo doutrinário, coube-lhe, contudo, indubitavelmente a liderança política – quer do ponto de vista da organização, quer quanto ao programa de ação. Duas dimensões essenciais, de que Soares cuidou com particular empenho nos últimos anos da década de 1960 e

início da de 1970, e nas quais se inscrevem a decisão de fundar o partido em 1973, preparando-o para uma mudança política que intuía iminente; e, não menos importante, a formalização dos laços de pertença e comunicação com a família socialista, social-democrata e trabalhista europeia, com uma intensa campanha de afirmação internacional, na Europa e nas Américas, das suas ideias e da sua pessoa. Como Tiago Fernandes recordou – contrariando um certo mito –, não era, de facto, o PCP a única força política organizada, na Oposição, à data do 25 de Abril (Fernandes, 2024: 103). Mesmo sem implantação nem estrutura interna equivalentes, o PS existia, incorporava uma tradição e uma linha próprias e era reconhecido externamente; e isso devia-se sobremaneira à pertinácia de Mário Soares.

2.

O posicionamento político expresso por Mário Soares nos anos terminais do Estado Novo levanta duas questões interessantes, uma do ponto de vista doutrinário e a outra do ponto de vista tático.

Soares sustentará que era então europeísta, anticolonialista e neutralista, isto é, «nem pró-russo, nem pró-americano» (Soares, 2011: 76-77). Crítico da «política de blocos», não poupava também distâncias face às democracias ocidentais, a cuja cumplicidade atribuía, como já vimos, a sobrevivência do fascismo na Península Ibérica, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Depois, a tolerância de que Estados Unidos, Inglaterra, França ou Alemanha iam dado provas, nas Nações

Unidas, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) e no plano bilateral, face à ditadura portuguesa e à sua política colonial, causava-lhe natural desconforto, quer moral, quer político (cf. Castaño, 2024a: 13-48). A própria necessidade de preservar a autonomia socialista, disputando ao PCP a hegemonia no campo antifascista, conduzia a uma diferenciação das respetivas linhas políticas que (apesar da ênfase no cooperativismo e na auto-gestão) não assentava tanto na política económica e social, mas sim no entendimento do que devia ser a democracia política. Numa conjuntura interna onde eram evidentes os laços entre os grandes grupos empresariais e o Estado Novo, e numa conjuntura externa onde a questão colonial era a pedra de toque, o melhor critério para a diferenciação dos socialistas não estava na adesão ao programa de reforma democrática do capitalismo, ou à *realpolitik* das relações internacionais, mas outrossim na defesa intransigente da liberdade e do Estado de direito, com a consequente crítica explícita e severa da União Soviética e respetivos satélites do Leste Europeu, bem como da conceção leninista do partido-vanguarda e da ditadura do proletariado. Daí a tal «democracia anticapitalista» teorizada por Sottomayor Cardia.

O aspeto tático era, pois, muito relevante. Exatamente por causa das limitações da ação política (devidas ao aparelho repressivo do Estado Novo e à fragilidade organizativa das forças da Oposição Democrática, em parte efeito da intervenção deste aparelho, em parte resultante de características da estrutura social portuguesa e em parte originada por debilidades e divisões dos próprios meios

oposicionistas), a demarcação político-doutrinária entre, de uma banda, socialistas e, da outra, comunistas e seus aliados não podia assumir o nível de uma rutura e competição aberta, que só favoreceria o governo de Marcello Caetano. Tinha outrossim de combinar a diferenciação e concorrência doutrinária e estratégica com a aceitação, e mesmo procura, de entendimentos circunstanciais, na resistência e no combate antifascista. Nos alinhamentos europeus, o novel PS estava muito mais próximo dos congéneres francês e italiano do que dos partidos-irmãos do centro e norte da Europa: aqueles também lidavam, embora em contexto democrático, com partidos comunistas de sólida implantação. Internamente, a ambiguidade pautaria o relacionamento entre as direções do PCP e do PS, que cultivavam, em 1973, sinais de aproximação e unidade (contra o regime marcelista) e sinais de distinção e antagonismo.

Acresce que a base política do movimento que o PS veio estruturar – a base dos seus fundadores, ativistas e companheiros de estrada – se situava claramente à esquerda. Nela convergiam, não apenas a tradição liberal-republicana e socializante ou social-democrata, mas também uma ampla variedade de ideias marxistas, neomarxistas, radicais e libertárias. Em 1973, a sua declaração de princípios e programa foi motivo de vivo debate entre militantes mais cautelosos e outros mais assertivos; e os textos aprovados eram, em matéria económica e social, tipicamente anticapitalistas e coletivizantes: a aposta fundamental – e distintiva – era a combinação da socialização económica com a democracia parlamentar (cf. Martins, 2005a: 211-220; 2005b;

Silva, 2025: 15-27). De tal forma saiu o texto final do documento que o próprio Soares, agindo à revelia dos camaradas, decidiu relativizar, na introdução que redigiu ao opúsculo que o publicitava, as propostas económicas mais radicais (cf. Reis, 2005a: 53-54). O pluralismo interno, a ambiguidade programática e a sua gestão tática por Mário Soares ficariam como «marcas genéticas do PS» (Castaño, 2024a: 43).

Assim chegaria o PS a 1974; e a efervescência revolucionária mais intensificou a sua natureza, tão bem descrita por António Reis «como uma espécie de mosaico vivo de quase toda a esquerda não estalinista e da própria tradição liberal republicana» (Reis, 1979: 38), «um “partido-cadinho” da esquerda não estalinista e da tradição liberal republicana» (Reis, 2005b: 96).

Na perspetiva das ideias políticas, esta foi uma contribuição fundamental do grupo de quadros e ativistas de que Mário Soares se tornou expoente: unia-os a valoração da liberdade; e isso, que era o cimento que ligava sensibilidades muito diversas em matéria de políticas públicas, era ao mesmo tempo o que mais radicalmente os distinguia das correntes totalitárias, de esquerda como de direita. Como Soares viria a explicar na entrevista a Maria João Avillez, mais importante do que a oposição entre regimes políticos (república ou monarquia) e entre sistemas económicos (capitalismo ou comunismo) era a contradição fundamental e incontornável entre liberdade e ditadura (Soares, 2024: I, 156; II, 151). Os socialistas seriam sempre aqueles que colocavam em primeiro lugar a liberdade, não aceitando subordiná-la à ordem,

à autoridade, à organização ou à igualdade. Era o «socialismo de rosto humano», o «socialismo em liberdade», porque, como escrevera em *Portugal Amordaçado*, «o socialismo, sem respeito pela pessoa humana e sem liberdade, é uma caricatura horrível» (Soares, 2023: 205, 577). Esse era o traço de união já claramente expresso no fim do antigo regime e que viria a revelar-se absolutamente crucial entre 1974 e 1976.

Capítulo II

Da Revolução como liberdade

1.

Mário Soares foi, incontestavelmente, o grande líder civil da Revolução dos Cravos – e o principal responsável pelo triunfo da revolução democrática, no processo de transição política entre 1974 e 1976. Não foi, claro, o único protagonista: o 25 de Abril propriamente dito não se compreende sem invocar Otelo Saraiva de Carvalho, Salgueiro Maia, Melo Antunes, Vasco Lourenço e tantos outros militares; depois, o desenlace constitucional não se compreende sem lembrar outra vez Melo Antunes e todo o Grupo dos Nove, Costa Gomes e Ramalho Eanes, e sem colocar ao lado de Soares as figuras de Salgado Zenha, Manuel Alegre, Raul Rego, Henrique de Barros, Jorge Miranda e vários outros.

Mas como podemos sintetizar e, ao mesmo tempo, individualizar o contributo do primeiro secretário-geral do PS? A meu ver, em três pontos essenciais.

O primeiro foi a clara consciência de que o sucesso da transição democrática portuguesa e a

garantia de que ela se fizesse pela via demoliberal – quer dizer, a vitória da revolução portuguesa como uma revolução democrática – passavam crucialmente pelo alinhamento europeu. Como representante especial da Junta de Salvação Nacional, antes mesmo da formação do I Governo Provisório em maio de 1974, em seguida como ministro dos Negócios Estrangeiros, até março de 1975, e sempre como líder do PS, Soares foi o rosto externo do novo regime e o interlocutor incontornável de todos os parceiros estrangeiros relevantes, europeus e americanos. Revelou-se decisiva a rede de contactos laboriosamente construída, ao longo das duas últimas décadas do Estado Novo, designadamente na família socialista. Mas igualmente decisivo era o pensamento europeísta de Soares, que sempre o caracterizou: a ideia básica de que o lugar de Portugal era na Europa e o modelo da sua futura democracia encontrava-se na Europa do pós-Guerra. Como escreveu lapidariamente em 2011: «Desde o princípio, achei que a Revolução dos Cravos devia ser uma revolução democrática de tipo ocidental, com três objetivos essenciais: descolonizar, como forma de pôr fim às guerras coloniais; democratizar, legitimando o poder político, segundo as indicações do voto popular; e desenvolver, aproximando-nos da Europa da CEE, que seria o contraponto da perda das colónias, que julgava inevitável» (Soares, 2011: 202).

O segundo ponto a reter foi o travão que Soares colocou às tentativas de alteração de rumo protagonizadas por Spínola enquanto foi, de abril a setembro de 1974, Presidente: a presidencialização do regime e o adiamento (ou a não concretização)

da descolonização. O PS esteve com a Comissão Coordenadora do Movimento das Forças Armadas e o Conselho de Estado, recusando o chamado Plano Palma Carlos (que previa uma constituição provisória sujeita a referendo e a antecipação da eleição presidencial); e Soares coincidiu (sobretudo) com Melo Antunes na ideia de que a descolonização era condição prévia para a democratização (cf. Soares, 2011: 179, 195).

O terceiro ponto é, evidentemente, a luta pela democracia representativa, pluralista e civilista, de que será o grande vencedor. Digo bem, luta: nas instituições, na cena internacional, nas urnas e nas ruas. A «democracia de partidos» – na fórmula que tantas vezes empregou – assente na legitimidade eleitoral e liberta de tutela militar, «uma Democracia pluralista e pluripartidária, com dimensão social, de tipo ocidental e predominância parlamentar» (Soares, 2011: 215): eis o objetivo para que mobilizou, a partir do PS, o conjunto da sociedade, e em torno do qual edificou a aliança com os setores militares moderados, os partidos parlamentaristas (em particular, o PPD, Partido Popular Democrático), parte importante da Igreja Católica e múltiplos apoios internacionais; e que faria do PS o partido-charneira do sistema português.

Por esse objetivo se bateu, primeiro contra Spínola e Palma Carlos, e depois, em crescendo ao longo de 1975 (a partir da primeira grande rutura, a propósito da «unicidade sindical», em janeiro), contra o PCP, a Intersindical e o setor militar gonçalvista, contra a extrema-esquerda civil e militar, e várias vezes contra o Presidente

Costa Gomes (noutras, aliás cruciais, seu aliado). Vencedor da aposta nas eleições e vencedor das eleições, vencedor no processo de elaboração da Constituição (largamente inspirada, aliás, naquela ideia de combinação entre democracia parlamentar e socialização económica, que já vimos tão presente na fundação do PS), Soares venceu também na intuição de que a prioridade política imediata, logo após a deposição de Américo Tomás e Marcello Caetano, era a transformação do PS num partido popular, num «partido da classe média e dos trabalhadores» (Soares, 2011: 182). Foi esta capacidade de mobilização social e de utilização de procedimentos de massas, como comícios e manifestações – «se o PS se conseguiu finalmente impor e inverter a situação a favor da democracia pluralista [...] foi justamente porque também desceu à rua» (dirá a Maria João Avelaz, cf. Soares, 2024: I, 528)–, que permitiu ao PS garantir que a legitimidade revolucionária aceitasse a legitimidade eleitoral. E, portanto, que, no limite, lhe sucumbisse.

É, pois, verdade o que diz certa historiografia algo nostálgica da efervescência revolucionária: em 1975, contra o PCP, a restante esquerda e as unidades militares radicalizadas, o PS liderou uma ampla frente política e social. Liderou-a em convergência com o setor militar moderado e/ou profissional, vinculado às Forças Armadas como instituição separada (sigo Medeiros Ferreira, 2023); e nela couberam os partidos à sua direita e forças sociais quer centristas, quer reacionárias. O que falta dizer, e deve ser dito, sob pena de se perder todo o sentido da realidade das coisas, é que, precisamente

porque a liderou, o PS orientou essa frente, não para pôr em causa a Revolução dos Cravos, mas para que ela vencesse como revolução democrática – para realizá-la, no pleno sentido da palavra, na nova institucionalidade democrática que, em 1976, sucessivamente a aprovação da Constituição e a concretização do primeiro ciclo eleitoral (para a Assembleia da República, a Presidência da República, as assembleias legislativas regionais e as autarquias locais) vieram estabelecer, e que, anos mais tarde, mercê do acordo entre PSD (a nova sigla do PPD) e PS, a revisão constitucional de 1982 iria completar, impondo a subordinação do poder militar ao poder civil.

Soares será bastante enfático na reclamação, para si e para o PS, da liderança, e não travagem, da Revolução dos Cravos. Para isso apresentava o 25 de Novembro (o episódio militar que marcou, no outono de 1975, o fim da dinâmica de radicalização nos quartéis) como a dupla vitória do programa original do 25 de Abril. Dupla porque conseguida contra o seu desvirtuamento à esquerda, que ocorrera após o 11 de Março, e contra a tentativa de parte da direita e da extrema-direita para forçarem um ajuste de contas com o Partido Comunista e os militares seus aliados. Como esclareceu nas conversas com Maria João Avillez, «nunca pensámos – ou sequer admitimos – abandonar o campo da Revolução»; o 25 de Novembro foi «um ponto de viragem, que marcou [...] o fim da desfilada em que estávamos a correr para o abismo. Foi um recomeço, um regresso à pureza inicial do 25 de Abril». E essa revolução bem-sucedida – «visto que se saldaria por uma

vitória nítida, pela primeira vez na História, do socialismo democrático» – tinha como «datas marcantes [...] o próprio dia 25 de Abril; o dia 1 de Maio, com a ratificação popular da Revolução; as eleições para a Assembleia Constituinte, que legitimaram nas urnas, em 25 de abril de 1975, o processo político iniciado um ano antes; o dia 2 de abril de 1976, com a aprovação da Constituição. [...] e as primeiras eleições legislativas, em 25 de abril de 1976, [...] que iniciaram um processo de normalização democrática, que decorreu durante todo o ano de 1976, com as eleições presidenciais, regionais e autárquicas» (Soares, 2024: I, 521; I, 570; II, 149; I, 570).

2.

Para consumir esse triunfo histórico da esquerda democrática contra a esquerda totalitária (que teve adicionalmente o sabor de uma certa desforra de Kerensky face a Lenine, dos «mencheviques» perante os «bolcheviques», e da prevalência dos «idealistas» sobre o «realismo» cético, cínico e, aliás, mal informado de Henry Kissinger), Soares assumiu várias opções fundamentais.

A mais decisiva foi considerar que o objetivo programático do socialismo, tal como consubstanciado na Declaração de Princípios do PS, envolvendo vasta coletivização dos meios de produção e intervenção cooperativa e gestonária dos trabalhadores, tinha de ceder face à urgência de estabelecer um regime político democrático e pluralista – para que o «socialismo em liberdade» fosse possível, era indispensável

garantir a liberdade; e se, naturalmente, nem todos os democratas eram socialistas, todos os socialistas deveriam ser democratas.

Daí decorria uma concentração absoluta na dimensão interna da política portuguesa e na mobilização dos apoios internacionais à sua causa – o que, combinado com a pressão dos militares não spínolistas, o levou a desempenhar um papel bastante secundário no processo de descolonização, designadamente após o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau. Como já vimos, era claro para ele que a institucionalização da democracia requeria a prévia resolução da questão colonial. Mas o seu interesse fundamental estava nessa institucionalização, era aí que o futuro se jogava e aí residia a possibilidade de ser o PS a determiná-lo. Ao mesmo tempo, a democratização era uma condição necessária para a recuperação económico-financeira, de modo que também assim se moviam os astros para a concentração máxima na dimensão política e constitucional.

A terceira escolha de Mário Soares foi travar quanto pôde o entusiasmo das bases do PS com a expectativa de uma revolução imediata e o alinhamento total com o MFA, batalhando pela preservação da autonomia política do seu partido e pela insistência na legitimação eleitoral do novo regime. Tarefa tanto mais exigente quanto, na primavera e no verão de 1974, aquelas bases se revelaram mais permeáveis a reivindicações, greves e ocupações do que os militantes comunistas, mais disciplinados cumpridores das diretivas cautelosas do PCP e da Intersindical (ver, por exemplo, Rosas, 2023a). O I Congresso do PS, realizado em dezembro de

1974, foi neste aspeto crucial, porque demonstraria aquela autonomia para dentro e para fora do partido: para dentro na medida em que Soares prevaleceu sobre o grupo de Manuel Serra e a sua linha foi sufragada, para fora porque tornou clara a relevância dos socialistas no panorama nacional.

Depois, Mário Soares não hesitou em considerar o PCP – e a sua aceitação tática de uma espécie de tutela militar revolucionária sobre as forças políticas e sociais – como o adversário principal, em 1975, e mover-lhe combate. O que não aconteceu de uma dia para o outro, mas foi germinando a partir da aceleração da dinâmica revolucionária após o 28 de Setembro de 1974 e a renúncia do Presidente Spínola, teve como primeiro ponto de conflito aberto a insistência do PCP na continuidade orgânica do MDP-CDE (o Movimento Democrático Português-Comissão Democrática Eleitoral, que havia servido de frente eleitoral da Oposição, ainda na ditadura, e que Soares e os seus camaradas consideravam agora desnecessária e até equívoca) e chegou à rutura, em janeiro de 1975, na disputa sobre a «unicidade sindical» (opondo-se o PS à obrigação legal dos sindicatos unitários, a qual prosseguia e aproveitava uma característica-chave do regime corporativo). Garantido, após o 11 de Março, que as eleições para a Assembleia Constituinte se realizavam mesmo, e balizado no I Pacto MFA-Partidos o quadro de entendimento possível, o PS jogou tudo nessas eleições, que viriam a ocorrer a 25 de abril de 1975. Alicerçado na expressiva vitória alcançada (com 38% dos votos e 116 deputados constituintes eleitos, em 250), o PS destacou-se no comando da resistência à ocupação

do poder de Estado pelo PCP e seus aliados militares, bem como na denúncia dos movimentos que restringiam o pluralismo informativo – como, em maio, o controlo por grupos de trabalhadores do jornal *República*, de orientação socialista e dirigido por Raul Rego, e da Rádio Renascença, propriedade da Igreja Católica. Fortalecido pelo triunfo eleitoral e contando com o apoio dos congéneres europeus, o PS agiu também nas ruas e pela mobilização social, intensa e maciça, de que a grande manifestação de julho, na Fonte Luminosa, em Lisboa, seria o momento culminante e daí em diante mítico.

Esta combinação de ação política e luta social gerou vários efeitos: a convergência do PS com os partidos à direita e com os militares moderados e de perfil profissional, o diálogo ativo com os vários setores da Igreja Católica, o cuidado em distinguir o setor mais radical das Forças Armadas, liderado por Otelo Saraiva de Carvalho, do setor gonçalvista, assim enfraquecendo o apoio militar do PCP. Colocou ainda o PS à frente de uma vasta coligação política e social, em que se juntaram forças favoráveis e forças contrárias à democracia, incluídos nestas os grupos de extrema-direita que também recorreram à ação violenta – assaltos e atentados no Norte do país, coordenados com atos litúrgicos, feiras ou romarias, e dirigidos contra instalações e pessoas ligadas, sobretudo, ao PCP, ao MDP-CDE e aos sindicatos (cf. Carvalho, 2017). A tensão inerente a esta presença seria gerida com bastante desconforto e ambiguidade pela direção socialista (como se poderá ver no testemunho retrospectivo do próprio Soares, 2024: I, 519-523), apostada

em não hostilizar os setores da Igreja implicados, designadamente na diocese de Braga, insistindo no que lhe parecia ser a responsabilidade última do PCP – cujo comportamento teria amedrontado e encolerizado as populações rurais – e não deixando de explorar as dificuldades deste, mas procurando igualmente demarcar a sua própria linha de ação, nas ruas, sim, porém através de iniciativas políticas, maciças, populares e pacíficas.

Por isso mesmo será tão importante, primeiro, a manutenção da liderança efetiva da resistência à deriva revolucionária nas mãos do PS e dos setores militares moderados, o controlo, por esta convergência (tática, nos termos de Soares, 2024: I, 533), dos aspetos políticos e operacionais da resposta que haveria de triunfar no 25 de Novembro; e, depois, conseguida a vitória, a imediata travagem do revanchismo contrarrevolucionário, que exigia a exclusão do PCP – o que, quase simultaneamente, Melo Antunes e Mário Soares iriam recusar, assim fazendo com que, nas palavras que Soares haveria de usar em 2011, o 25 de Novembro fosse também uma derrota para «a Direita ultramontana» (Soares, 2011: 285-286).

Em suma: entre 1974 e 1976, Soares dirigiu o PS para que este fosse o partido fundador da democracia portuguesa. Sob a sua batuta, os socialistas afirmaram-se como os mais convictos, intransigentes e corajosos defensores da liberdade e do pluralismo. Uma marca que haveria de perdurar, no partido, mas que, sobretudo, se transformou, interna e externamente, junto das elites e na opinião popular, no atributo incontestável e essencial da pessoa e da personalidade política de Mário Soares.

Capítulo III

Do Governo como ação

1.

Em *Um Político Assume-se: Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, que publicou em 2011, Soares, olhando retrospectivamente para o período entre 1974 – com a Revolução dos Cravos – e 1982 – com a primeira revisão constitucional, pactuada entre PSD e PS, que põe fim ao Conselho da Revolução –, fala das duas «guerras políticas» que teve de conduzir. A primeira, batendo-se «com toda a energia e sem sombra de medo por uma democracia pluralista e ocidental, demonstrando aos portugueses que socialismo sem liberdade conduziria, necessariamente, ao totalitarismo»; a segunda, depois do 25 de Novembro e da dupla derrota que ele significou, dos comunistas e radicais e da «Direita ultramontana», contra a «tutela militar do Conselho da Revolução» e as propostas para «implantar um regime presidencial, dirigido por um militar» – uma «guerra política séria que travei, em favor do civilismo republicano, contra

parte do PS e também contra parte dos meus antigos aliados do Grupo dos Nove...» (Soares, 2011: 325-326). Depois da correção estratégica imposta pelos acontecimentos de 1975, a qual levou o PS a abandonar o seu propósito de combinar coletivização económica com liberalismo político, e a enfatizar como sua bandeira principal a fundação de uma democracia representativa (vista como uma conquista, e não como um disfarce ou desvio) com forte cunho social, o desenho do regime político, de base parlamentar, passou, como bem analisou António Reis (2005b), pela recusa de um projeto nacional-militar para o nosso país e a insistência na natureza civil e semipresidencialista desse regime.

Entretanto, o PS ganhara as primeiras eleições para a Assembleia da República, realizadas a 25 de abril de 1976, obtendo 35% dos votos e elegendo 107 deputados (num total de 263). Consequentemente, formaria o I Governo Constitucional, chefiado por Mário Soares. Iniciava-se assim um novo ciclo político: a disputa político-eleitoral fazia-se agora, preponderantemente, entre PS e PSD; e a dinâmica executiva passava pela relação – que se tornaria, de forma relativamente rápida, conflituosa – com o Presidente Ramalho Eanes. O PS perderia as eleições legislativas de 1979 e 1980 e ganharia as de 1983, constituindo um governo de coligação com o PSD, conhecido como Bloco Central.

Desta experiência governativa de Mário Soares (como ministro dos Negócios Estrangeiros em 1974-1975 e como primeiro-ministro de 1976 a 1978 e de 1983 a 1985), o que se pode reter, sinteticamente, como legado fundamental? O mesmo

é indagar do que ficou – para além do contributo absolutamente determinante para a fundação e a natureza do regime político democrático e as características estruturais das suas instituições –, agora no plano das políticas públicas executivas.

Creio que são quatro os planos a relevar.

O primeiro é o externo. Soares é o mais europeísta dos políticos portugueses, antes e depois do 25 de Abril. Como já vimos, a adesão à então CEE sempre lhe parecera a escolha geopolítica mais decisiva para o nosso futuro, sendo ao mesmo tempo o corolário lógico do fim do ciclo colonial e a mais sólida garantia da perenidade da democracia e do arranque do desenvolvimento. O pedido de adesão foi formulado e a sua aprovação conseguida logo em 1977, na vigência do I Governo Constitucional; e a generalidade das medidas económicas pode ser compreendida e interpretada à luz desse objetivo. O Tratado de Adesão foi concluído e assinado em junho de 1985, no Bloco Central. A 1 de janeiro de 1986, Portugal entrava, a par da Espanha, no clube europeu, que passava a incluir 12 países; e, como Soares previra contra a opinião de muitos, isso representou um salto qualitativo no desenvolvimento da economia e na modernização da sociedade.

Não deve, contudo, desvalorizar-se a componente de política externa propriamente dita. Também aí, 1974 significou a imediata reconfiguração programática do PS. Ministro dos Negócios Estrangeiros, Soares esqueceu a anterior inclinação neutralista e imprimiu orientações que se revelaram estruturantes dessa política: ratificação dos instrumentos internacionais relativos aos direitos humanos, entrada no Conselho da Europa, participação ativa

e sem reservas no sistema das Nações Unidas, diversificação das relações bilaterais, aposta no profissionalismo do corpo diplomático (lapidarmente simbolizada, ainda em abril de 1974, pela célebre e marcante recusa de proceder a qualquer saneamento político no Palácio das Necessidades) (cf., por exemplo, Castaño, 2024a: 127-128).

O segundo plano pode ser caracterizado como de normalização democrática. Foi particularmente efetivo nos domínios do ensino, designadamente na gestão escolar e universitária, da legislação laboral e respeitante ao sindicalismo, mas sem esquecer a política de justiça e os primeiros desenvolvimentos da autonomia regional e do poder autárquico.

O terceiro plano é o económico-financeiro. Os dois consulados de Soares como primeiro-ministro foram marcados pela severidade das crises enfrentadas e a dureza das soluções, ambas envolvendo programas de ajuda negociados com o Fundo Monetário Internacional (sendo ministros das Finanças, respetivamente, Vítor Constâncio e Ernâni Lopes). Há uma certa lenda sobre a desatenção de Soares às questões económicas; a verdade é que não hesitou perante a necessidade de reagir, não regateou apoio aos ministros executantes e não cingiu a sua política económica a essa dimensão de saneamento financeiro. Como o próprio haveria de lembrar, foi só com a assunção de responsabilidades de governação e depois de experimentar os efeitos económicos do processo revolucionário, em 1975, que se lhe tornou claro que o único caminho viável era a economia de mercado (Soares, 2024: I, 292); mesmo assim, foi dos «primeiros socialistas europeus a defender

que o socialismo democrático era perfeitamente compatível com a economia de mercado e com o respeito pelas suas regras, embora também sempre defendesse que era indispensável que o Estado funcionasse como o corretor natural das desigualdades provocadas pelo mercado» (Soares, 2024: II, 44). Foram, aliás, os dois primeiros governos constitucionais que criaram de novo espaço para a iniciativa privada, aplicando a lógica da coexistência concorrencial dos setores económicos público, privado e cooperativo, e que, com divisões e contradições significativas (de que aqui não podemos cuidar), intervieram na agricultura do Sul, travando a reforma agrária de 1975 e lançando uma reorganização alternativa.

Por isso, Sousa Franco foi certo quando, em 1994, fazendo o balanço da economia pós-25 de Abril, escreveu o seguinte: «Os vetores essenciais do pensamento de Mário Soares são a democracia fundada nos direitos do homem e a Europa (concebida mais como garantia da irreversibilidade da democracia e espaço político-cultural do que como grande mercado). O seu pensamento económico – se excluirmos o apego às liberdades económicas e sociais e um certo ideal de justiça social, conceitos concretizados em opções de princípio pelo modelo ocidental e pela política do socialismo democrático – não é, para além disso, fundamentado e consistente: daí que o I Governo viva da tensão entre o ministro das Finanças, H. Medina Carreira, mais ortodoxo, e o ministro da Coordenação Económica, A. Sousa Gomes, mais planificador e preocupado com a economia real; o II Governo pensa pela cabeça de Vítor Constâncio

e o IX Governo – do “bloco central” – pela de Ernâni Lopes» (Franco, 1994: 208). Certo, mas incompleto: pertencem a Mário Soares a liderança política, a convicção nos benefícios da integração europeia, a condução do processo de recuperação da iniciativa empresarial e a procura de um novo equilíbrio entre Estado e mercado. Até a consumação do pluralismo sindical, à escala confederativa, com a fundação da União Geral dos Trabalhadores (UGT), tem a sua impressão digital. Depois de hesitações e demoras, a nova estrutura é fundada em 1978, constituindo um caso curioso e singular de um movimento sindical estruturado pela ação e o acordo de dois partidos políticos, o PS e o PSD (ver Barreto, 2005; ou, na caracterização do próprio Soares – 2024: II, 46 –, «um movimento sindical que nasceu do combate político»).

Aqui entronca o quarto plano em que é possível situar os contributos fundamentais da ação governativa de Mário Soares: o plano social. Neste, avulta obviamente a criação do Serviço Nacional de Saúde, por lei aprovada na Assembleia da República já depois da queda do II Governo, mas concebida e preparada por este, sendo ministro António Arnaut. Não se pode ignorar, todavia, outros avanços na construção da «democracia social» defendida por Soares, quer na implementação do sistema público universal de segurança social, enformado pela Constituição de 1976, no lançamento do então chamado ensino superior de curta duração (a partir de 1979, ensino politécnico) e no relançamento do ensino técnico-profissional (em 1983), ou nas várias etapas de propositura e concretização da concertação social.

2.

Mário Soares nunca conseguiu colher o fruto mais saboroso para um primeiro-ministro, que é renovar o mandato em eleições. Como ele dirá, com alguma melancolia, em 1998, na conversa com Fernando Henrique Cardoso: «Poder é decidir. E decidir é desagradar. Governar é descontentar, como dizia Mendès France» (Cardoso & Soares, 1998: 80). Fruto das condicionantes objetivas, nomeadamente externas, da extensão dos problemas enfrentados e da escassez de respostas disponíveis, do custo social das medidas de correção, dos deméritos da governação e das dificuldades de relacionamento com o Presidente e o Parlamento, da teimosia ou insensibilidade face aos efeitos da austeridade (nomeadamente no Bloco Central, em que foi significativa a dimensão de crise social, com desemprego, quebra de rendimentos e até situações de fome), o facto é que a cada ciclo de governação sucedeu uma derrota eleitoral (mediada, em 1978 e 1979, pelos três ministérios de iniciativa presidencial). E eis algo que nenhuma análise séria pode ignorar.

Sem embargo, tudo contado e ponderado, creio que o legado executivo de Mário Soares e dos seus três governos ganha em ser integrado no conjunto dos passos dados pela democracia portuguesa no primeiro dos seus ciclos: o que vai do 25 de Abril até à integração, em 1986, na então Comunidade Económica Europeia. Parte desses passos foi empreendida logo nos governos provisórios – apenas como exemplos, lembre-se a lei eleitoral que consagrou a universalidade do sufrágio, a abertura

às mulheres da carreira diplomática, a revisão da Concordata permitindo o divórcio para casamentos católicos, a criação do salário mínimo nacional e do subsídio de desemprego, a primeira reforma agrária, o SAAL, Serviço de Apoio Ambulatório Local. Várias destas medidas foram protagonizadas por governantes socialistas.² Outros passos vieram a ser concretizados durante os governos de iniciativa presidencial (1978-1979), ou no ciclo de governação à direita (1980-1983). Com o contributo específico de Soares, que atrás individualizámos, eles desenham um percurso de institucionalização democrática (no modelo pluralista europeu intransigentemente defendido por Soares, ainda durante a ditadura, e por ele imposto como desenlace do processo revolucionário); e o alicerçamento de uma sociedade inclusiva e coesa, com mecanismos de promoção de igualdade de oportunidades e mobilidade social, e de uma economia mista e vinculada aos direitos sociais. Como bem mostrou José Reis (2017: 81-91), este foi um ciclo de crescimento económico, configurando uma «forma de economia política» cujo «facto característico» foi a criação de emprego (ver também Mamede, 2020). Este ciclo não «pertence» unicamente a Mário Soares, mas sim a uma vasta coligação de forças, cujas próprias tensões fizeram avançar as coisas, sempre de modo não linear. Mas não teria sido o mesmo

2 O PS fez parte dos I, II, III, IV e VI governos provisórios, tendo abandonado o IV em julho de 1974, na sequência do caso *República*. Mário Soares foi ministro dos Negócios Estrangeiros nos I, II e III governos e ministro sem pasta no IV.

sem a direção política de Mário Soares e as suas escolhas estratégicas fundamentais: democracia pluralista, aproximação à Europa, recuperação económica e articulação entre setor público e privado, política social.

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Capítulo IV

Da Presidência como união

1.

Mário Soares concorreu às eleições presidenciais de 1986, as terceiras realizadas em democracia e as primeiras sem candidatos militares. Venceu-as à segunda volta, por estreitíssima margem, obtendo 51% dos votos, contra 49% do adversário, Diogo Freitas do Amaral, apoiado pela direita. Havia ultrapassado a primeira volta, que representou, na prática, uma espécie de primárias à esquerda, com 25% de votos, contra 21% de Francisco Salgado Zenha, o seu antigo número dois no PS, agora apoiado pelo Partido Renovador Democrático (PRD), ligado ao Presidente incumbente, Eanes, e pelo PCP; e contra 7% de Maria de Lourdes Pintasilgo, que encarnava o programa de uma «democracia participativa» e para que convergia a generalidade das forças de extrema-esquerda, assim como um importante setor católico politicamente progressista. Chegava assim ao topo da sua carreira política.

Candidatara-se depois de um tempo de maturação bastante demorado. Quer em 1976, quer em 1980, apesar das sugestões e acordos que lhe tinham sido propostos, Soares declinara avançar. Independentemente das suas próprias justificações, havia razões objetivas para isso. A seguir ao 25 de Abril, os militares dispunham de uma legitimidade revolucionária, emanada do Movimento dos Capitães, que o processo de institucionalização deste como MFA ia transferindo para as Forças Armadas como tais, e que fora enormemente reforçada pela imediata e entusiástica adesão popular. Tinham assim recuperado o prestígio e a capacidade de influência sociopolítica, tradicionalmente associada à sua missão de garantes da unidade e independência nacional, e, salvo o setor mais radicalizado, conseguiam preservar a estrutura e autonomia organizacional – o que, como bem mostrou Medeiros Ferreira (2023), muito pesou na sua ação ao longo do processo revolucionário. A eleição por sufrágio universal de um dos seus acrescentaria uma legitimidade eleitoral própria (e não espúria ou adventícia, como teria sucedido se tivessem triunfado as teses de intromissão na eleição parlamentar); e facilitaria a delicada tarefa subsequente de conduzir as Forças Armadas para uma posição estatutária de subordinação ao poder civil. Esse foi o principal significado da escolha e eleição do chefe militar operacional do 25 de Novembro, Ramalho Eanes; e esse viria a ser o principal contributo do mandato deste como Presidente da República.

O regime delineado pela Constituição de 1976 era semipresidencialista: duas eleições por sufrágio universal, para a Presidência e para a Assembleia,

portanto duas legitimidades eleitorais próprias e distintas; e uma dupla responsabilidade política do Governo, formado a partir do Parlamento mas respondendo também perante o Presidente. Existindo o Conselho da Revolução, órgão máximo de decisão em assuntos militares e com funções de pronúncia sobre a constitucionalidade das leis, o Presidente fazia também a ligação entre a instância civil e a militar.

Optando o PS, em 1976, por avançar para um governo minoritário – o que Soares (2024: II, 40) viria a considerar um claro erro cometido por si mesmo, mas que bem se compreendia num contexto em que não era do interesse do PS formar um bloco à direita e lhe era impossível, em razão do sucedido em 1975, apostar numa maioria de esquerda que incluísse, portanto, os comunistas, preferindo, ao contrário, acentuar a sua posição de «partido-charneira» (cf. Reis, 2005b, ou Cruz, 2005: 170-172) –, aquela dupla responsabilidade política depressa desembocou num problema insuperável para uma prática executiva marcada pelas medidas impopulares de contenção da crise e por algum adiamento dos objetivos de avanço social (imortalizada na célebre fórmula atribuída ao primeiro-ministro Soares sobre a necessidade de «pôr o socialismo na gaveta»). Eanes haveria de fazer findar o primeiro ciclo governativo do PS logo em agosto de 1978, depois de dois breves executivos (um sozinho e o outro com a participação de membros do CDS, Centro Democrático e Social), lançando três breves «governos de iniciativa presidencial». Quando, em 1980, se aproximava o fim do primeiro mandato presidencial, o país havia

virado à direita e, salvo um eventual acordo de distribuição do poder ao centro, que foi proposto pelo PSD, e que entregaria a Presidência a Soares e a chefia do Governo a Sá Carneiro (cf. o relato de Soares, 2024: II, 99-103), a única possibilidade real de impedir a convergência de maiorias parlamentar e presidencial era a reeleição de Eanes – o qual, de resto, gozava de fortes apoios quer no eleitorado socialista, quer no interior do partido.

Soares marcou distâncias, autossuspendendo-se de secretário-geral do PS, e, depois, retomou a liderança em força e negociou a revisão constitucional de 1982, que eliminou o que restava de tutela militar e terminou com a responsabilidade política do Governo perante o Presidente. Ganhou, entretanto, uma dura batalha interna contra os seus adversários do chamado ex-Secretariado, e, triunfando nas eleições antecipadas de 1983, deslocou enfim o PS para o centro e formou o governo de coligação com o PSD chefiado por Mota Pinto. Realizado o essencial do seu programa – a adesão à CEE, o reequilíbrio financeiro – com uma política bastante dura e temporalmente concentrada de austeridade, que provocou uma grave crise social face à qual Soares mostrou o que uns designariam por determinação e outros por «insensibilidade social» (Reis, 2005b: 121), mas que, de qualquer forma, desgastou fortemente o Governo e o seu partido principal, o PS, levando-o, na sequência da rutura da coligação pelo novo presidente do PSD, Aníbal Cavaco Silva, e da antecipação das eleições legislativas, à pior das derrotas eleitorais alguma vez sofrida (21%, em outubro de 1985, sendo candidato a primeiro-ministro António de

Almeida Santos), a missão política executiva de Mário Soares podia ser dada como concluída, e foi isso que ele fez, propondo-se a um novo papel.

Esta cópia de informações factuais, que foge um pouco à lógica deste ensaio, focado sobre um legado político, no seu conjunto, é indispensável por duas razões: a primeira é que tende a ser menos referida do que os eventos de 1974-1976; a segunda, fundamental, é que é preciso conhecê-la para compreender plenamente a conceção soarista do regime «semipresidencialista» e a maneira como exerceu os seus dois mandatos presidenciais.

Para Mário Soares, a consequência lógica da opção por, como dizia, «uma democracia de partidos» – pluralista e multipartidária (e não apenas bipartidária, cf., por exemplo, Soares, 2024: II, 249) – era a ênfase na «predominância parlamentar» do regime (Soares, 2011: 215) e a oposição ao presidencialismo. Assim se manifestou contrário à tentativa dos então Presidente Spínola e primeiro-ministro Adelino da Palma Carlos, logo em julho de 1974, de antecipar a eleição presidencial, como depois, durante os mandatos de Eanes, foi firme adversário da intromissão do Presidente no poder executivo (através da pressão pública sobre os governos constitucionais e por via dos governos de iniciativa presidencial) e de todas as leituras das suas competências para lá do que estava estritamente determinado na Constituição (leituras que também ocorreram no interior do PS). Embora continuasse (como muitos outros juristas e politólogos) a chamar ao nosso regime «semipresidencialista», após a revisão constitucional de 1982, que acentuou claramente a

vertente parlamentar, a sua interpretação do papel presidencial conformou-se inequivocamente, a meu ver, com tal vertente. Assim se apresentou à eleição de 1986 e à reeleição de 1991, assim exerceu, em geral, o mandato. E aqui reside um dos traços essenciais do seu legado político.

2.

Imediatamente após a renhidíssima disputa eleitoral, que ganhou a Freitas do Amaral por menos de 150 mil votos, com Portugal dividido ao meio, com o Sul mais algumas áreas urbanas a Norte a dar-lhe a vitória, Soares proclamou que seria «o Presidente de todos os portugueses» e declarou inexistente qualquer «maioria presidencial». Para surpresa e desgosto de muitos apoiantes. Respeitou o Parlamento existente (aliás, recém-eleito) e o Governo a partir dele formado, e lançou-se à conquista afetiva e política do país, com particular atenção para o que o preterira. A fórmula eficaz que pôs em prática, com mão de mestre, foram as «presidências abertas», iniciadas simbolicamente em Guimarães (berço de D. Afonso Henriques) em setembro de 1986, seguindo-se Bragança, Beja, a Guarda, Portalegre, os Açores e Coimbra (no que respeita ao primeiro mandato). Entretanto, foi cuidadosamente cultivando relações com virtualmente todos os setores e correntes da sociedade portuguesa (começando desde logo pelo seu antigo rival Freitas do Amaral); e procurou sarar as feridas ainda em aberto do processo revolucionário, reintegrando os que se haviam excluído ou haviam

sido excluídos do novo regime – situassem-se eles no extremo do lado direito ou no do lado esquerdo do espectro político. Adotando um estilo que, por vezes, parecia não estar muito longe do monarca constitucional, garantiu uma reeleição confortável, em 1991, sem contendor do lado do PSD e com a maior votação até agora registada em eleições presidenciais: 70%.

Soares justificou em múltiplas ocasiões a sua ação como Presidente, advogando uma interpretação estrita dos poderes constitucionais, que obviasse a qualquer tentação presidencialista e, pelo contrário, valorizasse o «vetor parlamentarista do regime» (Soares, 2024: II, 278). Isso não significava, para ele, a menorização da função presidencial, mas outrossim o reconhecimento da sua centralidade em quatro planos fundamentais.

Um era a promoção da unidade nacional, construindo pontes entre os diversos grupos e interesses, iluminando os motivos e testemunhos de valor dos portugueses e estimulando a sua autoestima e capacidade afirmativa – e, sobretudo, tecendo uma relação de proximidade afetiva com o conjunto da população e apresentando-se como provedor último dos seus anseios e aspirações.

O segundo plano era o da representação máxima do Estado, como o «mais alto magistrado da Nação», cume da pirâmide moral e seu mais lídimo representante face aos outros povos e países. Daí retirava Soares a ideia de que, se bem que não conduzisse executivamente a política externa, de defesa e de segurança, competência do Governo, o Presidente, para além das competências que explicitamente lhe eram conferidas,

como comandante supremo das Forças Armadas e em matéria de acordos internacionais e nomeação de embaixadores, devia desempenhar também, em coordenação com o Governo, um papel próprio na representação externa. Tanto mais, argumentava, que uma longa experiência e prestígio internacional, assim como a sua reconhecida capacidade de interagir com os mais diversos interlocutores, acrescentariam valor à política do Executivo. Cavaco Silva – o primeiro-ministro com quem coexistiu, entre 1986 e 1995 – nunca partilhou este ponto de vista, e daí vários conflitos mais ou menos acesos entre ambos. Todavia, Soares não deixou em mãos alheias a exploração da sua projeção internacional, multiplicando-se em contactos, iniciativas e missões (realizando viagens numa intensidade que tantos quiseram ridicularizar, ridicularizando-se a si mesmos, se me é permitido aqui um comentário mais rude, no seu paroquialismo).

Na visão soarista, o Presidente era, em terceiro lugar, «um moderador e um árbitro»: «uma instância de recurso, intervindo, quando necessário, para evitar as crises ou as moderar» (Soares, 2024: II, 278) – e, quando fosse o caso, para as resolver. O que tinha a ver com respeitar e fazer cumprir a Constituição, com velar pelo regular funcionamento das instituições, assegurar o equilíbrio dos poderes, incentivar o escrutínio e a prestação de contas, e encontrava concretização em competências como o pedido de declaração de inconstitucionalidade junto do Tribunal Constitucional, o direito de veto político e, no limite, a dissolução do Parlamento (que provocou

em 1987, recusando uma proposta de governo PS-PRD) ou a demissão do Governo (a que nunca recorreu).

Chegamos, enfim, ao que Mário Soares designou como «magistratura de influência» – a qual é, simultaneamente, uma síntese dos planos anteriores e uma dimensão própria de real poder, seja pela relação discreta com o Governo e outros órgãos de soberania (e com as correntes políticas, os grupos de interesse, o poder regional e autárquico), seja pela intervenção pública, no quadro institucional (mensagens à Assembleia e ao país, discursos solenes nas datas marcantes do calendário político) e na relação mais direta com os cidadãos, os órgãos de comunicação social e as forças da sociedade civil.

Soares manuseou com exímia finura esta combinação, procurando a partir dela influenciar efetivamente o curso político nacional – e (diversamente do que sugeria) não apenas quanto aos «grandes desígnios nacionais». O segundo mandato ficou marcado pelo uso conspícuo desse poder de palavra e iniciativa, como «força de bloqueio», na perspetiva do então Governo de maioria absoluta, como «força de contenção», viria ele próprio a explicar («contra os demónios da arrogância e do autoritarismo») e como «válvula de segurança do regime democrático» (Soares, 2024: II, 604). O certo é que ações como a «presidência aberta» na área metropolitana de Lisboa, em dezembro de 1992, provocaram um indesmentível desgaste na credibilidade do Governo; e a associação ao Congresso «Portugal e o Futuro», organizado por gente que lhe era pessoal e politicamente muito

próxima, em maio de 1994, não só provocou desagrado no PSD como desconforto no PS, o qual, sob a liderança de António Guterres, preparava outro caminho de oposição e alternativa (lançando os «Estados Gerais para uma Nova Maioria»).

Vale a pena reproduzir o trecho em que, na entrevista concedida a Maria João Avillez (e cujo texto reviu cuidadosamente, ciente do valor e do impacto futuro desse depoimento, cf. Castaño, 2024b: 37-43), Mário Soares explica como, tendo por referência Manuel Teixeira-Gomes, o penúltimo Presidente da Primeira República, procurara afastar qualquer cenário de radicalização, como aquele que a vitimara. Afirma: «Depois de ter contribuído para vencer a aventura totalitária de 1975, para evitar, por duas vezes, uma crise financeira que ameaçava acabar em bancarrota, para assegurar um sistema pluralista e pluripartidário que funcionasse, em termos civilistas e europeus, e para, finalmente, integrar Portugal na CEE, penhor de desenvolvimento e de modernização, considerava ser meu dever tudo fazer para criar um clima de concórdia nacional, de acalmia política e de tolerância que garantisse o regular funcionamento das instituições, em termos de alternância política democrática e de absoluto respeito pelos direitos do Homem. Foi o que fiz, com um empenho total e sem vacilações ou falsos passos» (Soares: 2024: II, 315).

Mário Soares entendeu a presidência como o fecho de abóboda da sua carreira política. Campeão da liberdade, quis ser também o campeão do afeto popular e da representação da unidade nacional.

Capítulo V

Da palavra como arma

1.

Em 1995, ainda em Belém, Mário Soares aceitou presidir à Comissão Mundial Independente para os Oceanos, cujo coordenador seria Mário Ruivo e que funcionaria até 1999. Fazendo uma óbvia ligação com o tema da Exposição Universal de Lisboa, a realizar em 1998, Ano Internacional dos Oceanos, essa presidência não só contribuía para colocar na agenda internacional a temática oceânica como vincava o protagonismo português. Depois da «presidência aberta sobre o ambiente», que promovera em 1994, esta foi outra porta de entrada em novos domínios da ação pública e política, a que Soares iria dedicar, subseqüentemente, bastante atenção: o combate à poluição, a defesa da biodiversidade, a ação climática, a transição energética, a preservação e exploração racional dos recursos marinhos, em suma, o desenvolvimento sustentável. O relatório da Comissão Mundial Independente (1998) foi um

marco, quer na sensibilização da opinião pública e dos governos, quer na mobilização do conhecimento e da investigação académica, quer como guião para o trabalho das organizações multilaterais e a cooperação internacional.

Concretizava, ao mesmo tempo, o modo de intervenção pós-presidencial de Mário Soares, que não abandonará enquanto as forças lho permitirem, isto é, quase até à morte. Muito inspirado por François Mitterrand, ele procurou influenciar, poder-se-ia dizer, moldar o seu retrato que ficaria para a história: seja na longa entrevista concedida a Maria João Avillez (Soares, 2024), uma entre as várias de largo fôlego que foi concedendo, ao longo da carreira, a jornalistas selecionados, seja em *Um Político Assume-se*. Em simultâneo, intervinha regular e intensamente na esfera pública, sobretudo na imprensa; cultivava diálogos com personalidades mundiais de relevo, de que ficariam livros e uma série de entrevistas realizadas para a televisão pública; regressava a temas doutrinários, filosóficos e literários; e mantinha, assim, uma presença permanente na sociedade civil e na política nacional, balizada por dois critérios fundamentais, aliás inter-relacionados: distância face às questões executivas e do debate partidário; foco nos temas europeus e internacionais. Haveria de incumpri-los uma vez, quando, em 2006, se candidatou, contra Cavaco Silva, a Presidente da República, averbando uma clara e dupla derrota: 14% dos votos, contra 51% de Cavaco, vencedor à primeira volta, e 21% de Manuel Alegre, que se havia proposto como candidato independente (visto que o PS apoiava Soares). A maneira como

reagiu à derrota – sem sombra de azedume face a um «povo» que sempre tinha sabido interpretar e seduzir – seria uma das páginas mais nobres do seu currículo. Ele próprio diria, alguns anos mais tarde: «A conclusão a que chego é que os portugueses compreenderam-me melhor depois de derrotado e de ter assumido a derrota sem recriminações. Com total naturalidade» (Soares, 2011: 480-481).

Antes, em 1999, havia correspondido ao convite de António Guterres para encabeçar a lista socialista nas eleições para o Parlamento Europeu – que venceu, com 43% dos votos –, falhando em seguida a eleição para presidir a este parlamento (para Nicole Fontaine, do Partido Popular Europeu) e sendo eurodeputado até 2004. Funções não executivas, partidariamente enquadradas, e relacionadas com uma das duas grandes paixões políticas de Soares: a Europa (sendo a outra a liberdade). Das inquietações e debates então suscitados ficaram dois notáveis testemunhos – o dele, o membro mais velho da delegação nacional, e o de Sérgio Sousa Pinto, então com menos de 30 anos e o seu benjamim – no livro *Diálogo de Gerações*, publicado em 2004: as condições da passagem da União Económica e Monetária a uma ambiciosa «União Política e Social», o desenvolvimento do método comunitário e de uma relação direta das instituições com o conjunto da cidadania e da opinião pública europeia, segundo uma lógica federalista, o combate às tendências «oligárquicas» na União, o processo (que viria a falhar) da elaboração de uma Constituição europeia, a insatisfação com o desempenho dos socialistas e a necessidade de sacudi-los.

2.

O legado político de Mário Soares não se apreende, na plenitude e segundo creio, sem ter em conta, com a demora estritamente necessária, os temas, os tempos e os modos da ação cívica, depois de terminado, em 1996, o ciclo presidencial. No seu conjunto, significaram um notável enriquecimento e atualização do seu pensamento e agenda. Ninguém o resumirá melhor do que ele próprio fez, no diálogo que manteve, em 2006, com Federico Mayor Zaragoza: «Com oitenta e um anos feitos, não me libertei de um grão de utopia, da vontade política de contribuir, com um mínimo que seja, para transformar o Mundo para melhor, continuando fiel aos meus valores fundamentais: a luta pela paz, pela democracia, inseparável da liberdade (na sua máxima extensão), da igualdade (possível) e da solidariedade (que é o nome que hoje dão à bela palavra fraternidade). Adquiri outros valores: a obrigação de lutar pelos direitos económicos e sociais, contra a exclusão social; em defesa do Planeta, ameaçado; em favor dos oceanos, para que não se transformem em lixeiras; pelo acesso livre à água potável, como um direito humano; contra a poluição; contra o buraco do ozono; pela defesa das florestas, etc. Tornei-me cidadão europeu (e não só português) e cidadão do Mundo, se não for pretensioso dizê-lo. Compreendi que, para a solução dos problemas portugueses, não se pode abstrair do enquadramento ibérico, europeu e mundial» (Soares, 2006: 252-253).

Em Luta por Um Mundo Melhor será justamente o título escolhido para o livro em que, para

além de reunir crônicas publicadas, ao longo de 2009, no *Diário de Notícias*, na *Visão* e em *El País*, reproduz três intervenções que são exemplos bastantes do que quero salientar (Soares, 2010: 241-256 e 353-367). A primeira – «A crise ecológica e a crise climática: que soluções?», conferência realizada em Alicante em outubro daquele ano – e a segunda – «Uma governação responsável dos oceanos», intervenção na sede da UNESCO, em Paris, nesse mesmo mês – documentam eloquentemente o seu papel na consciencialização da opinião pública e das instituições para a relevância e a urgência da ação climática e do lugar central, nela, da questão dos oceanos. A terceira – «O diálogo inter-religioso» – abre-nos outra sua preocupação maior, e só na aparência surpreendente para quem tinha lançado a recandidatura presidencial de 1991 com a frase-bandeira «Sou republicano, laico e socialista».

Em 2007, Soares aceitara presidir à Comissão da Liberdade Religiosa, o órgão, criado pela Lei da Liberdade Religiosa de 2001, que, agrupando as diferentes religiões existentes em Portugal, constituía uma plataforma muito importante de concertação, diálogo e harmonia entre elas, e delas com o Estado. Foi nessa qualidade que compareceu na Câmara Municipal de Barcelos, a 30 de janeiro de 2010, para proferir a conferência a que deu o já referido título. E ela não deixava de ser uma expressão – no novo contexto de um regime e de uma sociedade democráticos, de que a pluralidade e a liberdade religiosa eram um pilar indiscutível – de um traço do seu pensamento e ação, a meu ver, em regra, insuficientemente assinalado.

Pode afirmar-se que três cautelas fundamentais sustentaram a atitude de Mário Soares perante as religiões.

Uma foi, ainda durante a ditadura de Salazar e Caetano, distinguir sempre entre, de uma banda, o apoio que ao regime prestava a hierarquia da Igreja Católica e, da outra, os sinais de desconforto e dissidência que tal apoio provocava, nas fileiras eclesiais, assim como a emergência de uma intervenção doutrinária, pastoral e social que, revigorada pelo Concílio Vaticano II, pelo desafio de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, a Salazar, ou pela audiência do Papa Paulo VI, em 1970, aos líderes dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, convergia com as hostes da Oposição (cf., por exemplo, Soares, 2024: I, 207-208).

A segunda cautela foi, durante o processo revolucionário de 1974 a 1976, evitar por todos os meios qualquer reedição da querela entre Estado e Igreja que tanto havia prejudicado a consolidação da Primeira República. Contando com prudência equivalente da parte de autoridades como o cardeal-patriarca de Lisboa e o bispo do Porto, mas tendo de gerir a óbvia cumplicidade de altos responsáveis da Igreja nortenha (nomeadamente, na diocese de Braga) com os assaltos e atentados da extrema-direita, que, por interesse mais tático, o PS pelo menos tolerou (Carvalho, 2017), o certo é que Mário Soares e os outros fundadores da nossa democracia (e, neste caso, é justo dizer-se os nomes todos: no plano civil, Freitas do Amaral, Sá Carneiro, Álvaro Cunhal) conseguiram evitar que a transição fosse ensombrada por disputas religiosas.

A terceira cautela foi, enfim, compatibilizar, de um lado, a natureza laica do Estado com, do outro, a pluralidade das confissões, a presença significativamente maioritária da Igreja Católica e a dimensão da influência social e dos privilégios institucionais de que esta há muito usufruía, entre nós.

Tudo isto entronca na definição que, dirigindo-se aos jovens, Soares quer transmitir no seu *Elogio da Política*: o «Estado laico [é] neutral em matéria religiosa mas respeitador do fenómeno religioso e assegurando a todos os cidadãos a liberdade religiosa, da sua escolha e consciência, ou a liberdade de não professar qualquer religião» (Soares, 2009: 70). Afinal, uma dimensão da liberdade, coerentemente acarinhada por um campeão dela.

3.

Não são apenas, porém, os temas de sempre – relativos a direitos, liberdades e garantias – e os novos temas do desenvolvimento sustentável que enriquecem o pensamento e a ação de Mário Soares. O outono da sua vida é ocupado também com duas ordens de reflexão fundamentais. Uma tem a ver com o mundo, o papel nele da Europa e o papel na Europa de Portugal. A outra respeita à evolução da sua ideologia e família política, o socialismo democrático, os seus deveres e as suas respostas perante os desafios da passagem do século XX para o XXI.

Soares ensaia vários ângulos e recruta algumas companhias para observar o mundo. Concede

especial atenção à possibilidade de uma perspectiva luso-espanhola e ibero-americana, combinada com um diálogo luso-brasileiro e uma abordagem lusó-fona, tornar mais abrangente e inteligível a avaliação da situação mundial. Procurará documentá-lo em dois livros escritos a quatro mãos: com Fernando Henrique Cardoso (Cardoso & Soares, 1998), muito focado no Brasil, e com Federico Mayor Zaragoza (Soares & Zaragoza, 2006), com mais amplo inventário de problemas e recursos, e mais larga visão dos tópicos, das potências e das regiões relevantes.

Nessas obras, nos artigos de imprensa e em outras intervenções nos média e no espaço público, Soares apresenta preocupações sintetizáveis em quatro pontos fundamentais. A globalização, entendida como inelutável, mas carecendo de regulação ética e política, sob pena de significar mais dominação e desigualdade e menos capacidade de controlo por parte dos cidadãos e das instituições democráticas (Soares, 2002; Soares & Zaragoza, 2006: 50-64). A necessidade de conduzir a ação cívica e política também no plano global, já que, embora permaneça incontornável, cada Estado nacional e cada bloco regional (ainda que com a configuração institucional da União Europeia) já não é escala suficiente para concretizar os «combates» que, para Soares, são mais urgentes: pela paz, pelo ambiente, pela democracia (como resume na conversa com Zaragoza, 2006: 253-259). A indispensabilidade da Europa, quer nesse esforço de regulação da globalização, quer nas iniciativas políticas de cooperação internacional: mesmo que a União lhe mereça bastantes críticas, de que não isenta os socialistas, pelo desvio neoliberal em

que se deixou encerrar e pelo «seguidismo» manifestado face aos Estados Unidos (Soares & Zaragoza, 2006: 154), o modelo social europeu continua a ser, para ele, a melhor referência de desenvolvimento e democracia, e os meios ao dispor de Bruxelas, quer em poder económico e comercial, quer em influência ética e normativa, quer a nível diplomático, parecem-lhe absolutamente decisivos (ver Cardoso & Soares, 1998: 292). A Europa, sem perder o vínculo essencial com o Atlântico Norte, terá de saber olhar para o Mediterrâneo, para África, para a América Latina, para os «países emergentes» (então os BRIC: o Brasil, a Rússia, a Índia e a China); e Portugal há de desempenhar aí um papel-chave, mormente como ponte com o mundo de língua portuguesa e o hispanofalante (ver, sobretudo, Soares, 2002: 72-78; Soares & Zaragoza, 2006; Cardoso & Soares, 1998: 223-267).

Nada disto seria, porém, possível sem a presença renovada da social-democracia. Após as demarcações, e ainda as hesitações e ambiguidades doutrinárias dos anos 1960 e 1970 (que considerámos no capítulo I), Mário Soares faz inequivocamente equivaler socialismo democrático, esquerda democrática e social-democracia. Aliás, a mudança de nome e sigla por parte do PPD para PSD, Partido Social-Democrata, fazia dessa precisão também uma necessidade de afirmação e luta política interna. Não surpreenderá, portanto, que Soares seja tão taxativo, depois de finda a Revolução – por exemplo, face a Maria João Avelaz: «Sabe que, para mim, não há diferença nenhuma, de ordem ideológica, entre o socialismo democrático e a social-democracia. Tenho-o dito e repetido

várias vezes» (Soares, 2024: I, 427) –, quanto havia sido, nos anos da ditadura, em apoucar a social-democracia como mera gestão do capitalismo e, durante a Revolução, em sublinhar o compromisso socialista do PS.

Além do mais, Soares considera-se, como já vimos, quase um anjo vingador da derrota sofrida, na Rússia de 1917, às mãos do leninismo, na medida em que o 25 de Abril suscitaria a primeira vitória da esquerda democrática numa revolução. Reclama também, como anotámos no devido tempo, ter sido um dos primeiros socialistas europeus (o que é bem verdade para a Europa do Sul, e o é parcialmente para o Reino Unido e os países nórdicos) a compreender que a economia de mercado era o melhor contexto para o crescimento e a distribuição da riqueza. Mas avalia a evolução dos anos 1990, designadamente no quadro da Terceira Via, como uma cedência face ao «neoliberalismo» e pouco menos que capitulação perante uma globalização demasiado comandada pelo capital financeiro. É, aliás, duro na denúncia de que, estando, no final dos anos 1990, a larga maioria dos governos dos então 15 Estados-membros da União Europeia sob liderança dos socialistas (incluindo Portugal), a agenda política de modernização (a que se há de referir a Estratégia de Lisboa, aprovada na presidência portuguesa de 2000) abandona ou secundariza os temas mais propriamente socialistas (Soares & Zaragoza, 2006: 47; Soares, 2011: 455; Soares & Pinto, 2004: 99-101, 187). Na cesta «neoliberal» arruma, pois, não só Ronald Reagan e Margareth Thatcher, como também Bill Clinton e Tony Blair. E, embora declare que ser otimista é a inclinação

natural de uma pessoa de esquerda, «achar que o homem pode transformar o mundo para melhor» (Cardoso & Soares, 1998: 231), não esconde o desconforto que sente nesse início do século XXI, que via tomado, a Oriente, pela combinação chinesa de comunismo totalitário e capitalismo selvagem e, a Ocidente, pelo capital financeiro, especulativo e desregulado.

Por isso, a ele, europeísta convicto e federalista assumido, defensor da União pós-Maastricht como entidade política e cultural, e só derivadamente mercado único, magoava-o a progressiva subordinação da construção europeia aos interesses económico-financeiros e à ortodoxia orçamental, o que, não o levando a pôr em causa a União Económica e Monetária, o fazia denunciar, veementemente, a lógica da austeridade que viria a triunfar em 2010, e criticar energicamente os programas de ajustamento impostos a países como Portugal (entre 2011 e 2014), mobilizando-se e mobilizando para os combater politicamente.

Por isso, também, olhou com interesse e bastante simpatia para os propósitos e projetos de construção de uma globalização «alternativa» – de uma «altermundialização» – e para o Fórum Social Mundial, iniciado em 2001 em Porto Alegre, no Brasil, em cujas segunda e terceira edições participou (era eurodeputado), e que enalteceu como uma tentativa de aproveitar e regular a globalização, influenciando-a de forma não violenta no sentido de uma «globalização alternativa», de «rostro humano» (cf. Soares, 2002: 7-46), e apostando em movimentos sociais que os socialistas deveriam estimar como «complementares»

da democracia representativa (*in* Soares & Pinto, 2004: 132). Insurgiu-se contra os meios empregados (desconformes com os valores humanistas) na chamada «guerra ao terrorismo» de George W. Bush, contra a Cimeira dos Açores de 2004 e a invasão americana do Iraque, assim como contra a tentativa de dividir a «velha Europa» (supostamente encarnada na França e na Alemanha, que se opunham à invasão) e a «nova Europa» (que a apoiava) (Soares, 2011: 427-462).

Por isso, principalmente, multiplicou as pronúncias e exortações ao retorno à social-democracia e aos seus princípios. O que continha um elemento de forte crítica do neoliberalismo – dessa «teologia do mercado» que dispensava qualquer regulação, desse «liberalismo económico» adversário do Estado e das políticas públicas, desse primado da especulação financeira que sequestrava a economia e desvirtuava o capitalismo, reduzindo-o ao império das bolsas e dos mercados financeiros. Disto distinguiria cuidadosamente Soares o liberalismo político, que considerava uma corrente progressista e uma das fontes da democracia contemporânea; mas recusava a expressão «democracia liberal», por lhe parecer demasiado devedora da tendência neoliberal de questionar a natureza social (e ambiental) da democracia contemporânea. «No período do neoliberalismo económico dominante», escreveu em *Elogio da Política*, «as democracias ditas liberais – e não sociais, como nos anos anteriores – transformaram-se em verdadeiras plutocracias» (Soares, 2009: 148).

O tom crítico não baixava quando Mário Soares identificava a complacência, ou cumplicidade,

dos governos e partidos do centro-esquerda com a desregulação financeira, o enfraquecimento das políticas sociais e a redução do papel e dimensão do Estado. Juntamente com a insuficiente demarcação face aos Estados Unidos, em política internacional, estavam aqui os pecados da Terceira Via britânica, que nunca se cansou de castigar e que explicariam porque é que, após a queda do Muro de Berlim e o colapso do comunismo, não se assistira ao que teria sido lógico, a afirmação «em toda a sua pujança» da social-democracia (*in* Cardoso & Soares, 1998: 291), mas, pelo contrário, a um dececionante enfraquecimento.

Soares termina a autobiografia – publicada, lembre-se, em 2011, quando tinha 87 anos – com a enfática denúncia do risco de vivermos «um recuo civilizacional sem precedentes» se continuarmos a deixar «os mercados à solta, dirigidos pelos magnatas da finança internacional, que arruinam a economia real dos estados soberanos» (Soares, 2011: 485-486). A defesa da democracia, que guiara toda a sua vida política, implicava agora o combate ao «capitalismo selvagem, dito de casino», que a ameaçava não só a ela como à própria sobrevivência da humanidade.

Pode, pois, dizer-se que o traço essencial desta última fase de vida pública é a defesa da autonomia do socialismo democrático. Outra vez – tal como tinha acontecido nos anos 1960 e no início dos anos 1970, ainda sob o Estado Novo, e depois, tão violentamente, no choque com o PCP, durante a Revolução. Agora, é a autonomia reafirmada contra o adversário de outrora, o «comunismo totalitário» fragorosamente caído com a queda do Muro de

Berlim, em 1989, e, sobretudo, erguida contra o «neoliberalismo» dominante, apostado no «capitalismo selvagem». A autonomia que novamente lhe parece indispensável, até para salvar a Europa da sua própria decadência (cf. Soares, 2011: 509-511), haveria de exercer-se, desde logo, pela denúncia da cartilha neoliberal, da sua influência nos círculos internacionais de decisão e da sua penetração nos partidos de centro-esquerda.

Capítulo VI

Da política como cultura

1.

Em 2004, o jornal *Público* lançou uma série de quatro antologias de poesia portuguesa, pedidas a personalidades contemporâneas, sob o título genérico de *Os Poemas da Minha Vida*. Ela iniciou-se com a antologia preparada por Mário Soares, a qual seria reeditada em 2005 com um novo prefácio, contendo a sugestão de que a série prosseguisse, agora com escolhas de poetas de outros países de língua portuguesa (Soares, 2005: 8).

Quatro traços tipificam a seleção de Mário Soares. O primeiro é a preocupação de cobrir a história da nossa literatura, começando em D. Sancho I («Muito me tarda / o meu amigo na Guarda!») e terminando em José Carlos Ary dos Santos. O segundo, a insistência nos poetas do século XX, que ocupam praticamente dois terços do volume. O terceiro é o foco na temática da liberdade, assim como na temática nacional. E o quarto, a valorização do seu conhecimento pessoal e das relações

de amizade e de cumplicidade literária e política com vários dos antologados. Era uma boa demonstração da imersão do estadista e da sua ação no seio da literatura e da cultura portuguesas.

De facto, bastará ler as duas grandes obras de introspeção e reflexão intelectual – *Portugal Amordaçado*, editado em versão resumida, em francês, em 1972, e, no seu texto completo, no nosso país, apenas depois do 25 de Abril; e *Um Político Assume-se: Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, publicado em 2011 –, ou a longa e densa entrevista que, no fim do mandato presidencial, concedeu a Maria João Avillez e foi editada, em 1976-1977, em três volumes com os títulos *Ditadura e Revolução, Democracia e O Presidente* (aqui citada na recente edição conjunta da Imprensa Nacional, *A História Contada*), para facilmente nos darmos conta de que Mário Soares pertenceu a uma tradição que concebia a política como o prolongamento natural e necessário de uma maturidade intelectual assente na prática da razão crítica. Na lição de António Sérgio – a justo título identificado por Soares como «incontestavelmente o grande mestre» da sua geração (Soares, 2023: 109) –, o exercício da razão, levando à ciência e à cultura, implicava a exigência de um empenhamento cívico orientado pelos valores das Luzes. O «homem público», como então se dizia, era indissociavelmente um cultor da literatura e das artes e um combatente da liberdade e do progresso.

Ao longo da vida, Soares foi isso mesmo. Sempre usando de modéstia, às vezes excessiva e até um pouco estudada, quanto às respetivas capacidades e conhecimentos intelectuais, explicando lacunas com as obrigações da luta política e preferindo

definir-se como admirador convicto das grandes personalidades de ciência e cultura com que ia privando – Jaime Cortesão, Bento de Jesus Caraça, Agostinho da Silva, Manuel Mendes, Júlio Pomar, Carlos de Oliveira, Sophia de Mello Breyner Andresen, Júlio Resende, Graça Morais, Paula Rego e muitos outros –, Mário Soares nunca deixou os créditos de escritor por mãos alheias e, desde a tese de licenciatura em Histórico-Filosóficas sobre as ideias políticas e sociais de Teófilo Braga até aos artigos e ensaios que escreveu já octogenário, construiu um acervo intelectual no qual política e cultura estiveram sempre ligadas.

Aliás, nos dois grandes combates político-eleitorais que protagonizou em democracia – durante o processo revolucionário e nas eleições presidenciais de 1986 –, a capacidade de mobilizar parte considerável do «escol» (como diria o mestre Sérgio) cultural representou um ativo que não deixou de ostentar como mais-valia estatutária e posicional. Da qual cuidou e à qual procurou sempre acrescentar novas figuras, com particular atenção àquelas que, nesses momentos, não o haviam apoiado e que ele não desistiu de seduzir (estivessem à sua direita, como Freitas do Amaral, ou à esquerda, como Eduardo Lourenço). A intuição de que a política era «um fenómeno cultural» (como afirmou a Maria João Avillez na frase citada na introdução a este livro) esteve sempre presente na sua atividade; e, vendo esse tal fenómeno cultural pelas clássicas lentes da literatura e das belas artes – os domínios cultivados que formavam o seu gosto e prática pessoal, nomeadamente enquanto colecionador de pintura e de primeiras edições, e

onde ia buscar as referências que mais prezava –, mostrou, particularmente na memorável campanha presidencial de 1986, compreensão e arrojo bastantes para incorporar o cinema, o audiovisual e a música moderna na sua comunicação, assim chegando a uma juventude que foi então um dos seus pilares. Tornou-se, a justo título, emblemático o hino composto e interpretado por Rui Veloso, sobre letra de António Pedro Vasconcelos, «*Rock da liberdade*».

2.

Assim, era um modelo cultural clássico nos seus traços principais, mas relativamente aberto a expressões e linguagens mais modernas, que inspirava a sua visão da cultura como «o sal da democracia» – a feliz expressão que usou, em 1985, num encontro com artistas e intelectuais apoiantes, e em boa hora recuperada como título da exposição que a Fundação de Serralves apresentou, em 2024-2025, a partir das coleções de literatura e arte de Soares e da sua família (Santos & Gomes, 2024). Nesse modelo cabia, e em lugar central, o pensamento.

O pensamento em geral, filosófico, doutrinário e estético: o ensaísmo crítico, como tinha advogado António Sérgio, isto é, o escrutínio dos múltiplos aspetos da realidade e das inerentes responsabilidades dos seres e das comunidades humanas a partir dos princípios e com as armas da racionalidade cognitiva e ética; e a ciência que dele constituía a expressão mais alta e o instrumento mais agudo. Quando examina, com Maria João

Avillez, o seu primeiro mandato como Presidente, umas das iniciativas que Soares mais valoriza é o ciclo de conferências que Fernando Gil coordenou a seu pedido, sob a divisa «O balanço do século», e que trouxe a Portugal personalidades como Karl Popper, Norberto Bobbio, Mario Vargas Llosa, Umberto Eco, François Jacob ou John Kenneth Galbraith. Foram 13 conferências realizadas em Lisboa, na Fundação Gulbenkian, entre abril de 1987 e fevereiro de 1989 (o respetivo livro foi publicado pela Imprensa Nacional, cf. Gil, 1990), nas quais um académico ou escritor português apresentava cada conferencista, com remate final de Eduardo Lourenço – e Soares explica bem o propósito subjacente de suscitar esta abertura e encontro entre a nossa intelectualidade e as grandes referências e temáticas contemporâneas (Soares, 2024: II, 405-407; Soares, 1990). A criação da fundação com o seu nome, em 1991 (com atividade desde 1996 e hoje designada como Fundação Mário Soares e Maria Barroso), inscreve-se também neste propósito de articular a defesa do seu legado cívico e intelectual com a valorização da cultura portuguesa contemporânea, designadamente através de ações de memorialização, arquivo e divulgação, incidentes sobre o século XX nacional e a cooperação com os países de língua portuguesa.

E o pensamento político, em particular. Ponto que exige alguma demora.

Por um lado, Soares até gostava de ostentar algum desprezo pelas minúcias e complexidades das cartilhas ideológicas e dos programas partidários. Não é preciso procurar muito para encontrar

frases semelhantes a esta, em resposta a Maria João Avillez: «Nunca atribuí muita importância aos programas, que são meras declarações de intenção. [...] Como sabe, os programas dos partidos têm a importância que a prática política lhes confere» (Soares, 2024: I, 383). Nas disputas internas ao PS, e depois quando, já Presidente, tomava distâncias face ao sucessor no partido, Vítor Constâncio, o reconhecimento de elevadas qualidades intelectuais e técnicas vinha carregado de uma ironia maldisfarçada, sugerindo que elas até distraíam do que era realmente importante em política: a clareza das opções de fundo, uma boa comunicação com o eleitorado e a efetividade da ação no terreno político e social. Soares, que, mesmo quando usava o artifício da falsa modéstia, sempre se posicionou (a meu ver, legitimamente) na galeria dos grandes estadistas portugueses e europeus, nunca o fez porque reivindicasse especial brilho doutrinário, mas, ao contrário, porque prezava sobremaneira a capacidade de não hesitar nem mudar nas escolhas decisivas, de as apresentar de forma simples e eficaz, de agir em consequência e coerência, com as adaptações táticas, as «concessões de vocabulário» e os detalhes doutrinários que fossem, em cada momento, indispensáveis. E nessa capacidade se considerava (também a justo título) mestre.

O que significa não estar isento de certa responsabilidade na imagem que se foi cristalizando no espaço público: alguém que mostrava convicção e firmeza nas grandes causas e era exímio no jogo político, mas a quem cansavam «os números» e desgostavam «os dossiês», pouco abonado, por

consequente, de ideias precisas em matéria económica e nas políticas setoriais.

Trata-se, porém, de uma imagem errada e injusta, porque demasiado pobre. Basta lembrar a luta pertinaz pela adesão tão pronta quanto possível à CEE, onde teve razão, contra parte assinalável dos melhores especialistas portugueses, também no plano económico; como José Reis (2018: 54) assinalou, essa adesão funcionaria mesmo como «a condição de viabilidade» da estratégia centrada nos direitos e no emprego que fez crescer o país, nas duas primeiras décadas da democracia. E já mostrámos no capítulo III que, como primeiro-ministro, teve sempre uma visão bastante clara das prioridades, dos requisitos e das parcerias para o saneamento financeiro e a recuperação económica, dispondo-se corajosamente a pagar o respetivo preço político-eleitoral.

Assinalemos agora que, ao longo de toda a vida cívica, Mário Soares investiu muita energia e tempo nas questões ideológicas e nos respetivos alicerces filosóficos e éticos – não, como reconhecia, no plano da criação e desenvolvimento doutrinário, mas outrossim ao nível dos princípios, valores e estratégias fundamentais, fosse para a sua fixação, fosse para a sua defesa e divulgação. Não só a base ideológica do socialismo democrático lhe pareceu essencial para garantir autonomia política, como a possibilidade de uma ação organizada e transformadora por ele inspirada requeria, a seu ver, a difusão e atualização daquela base, em particular junto das novas gerações.

Já que é uma apreensão sintética do legado que procuramos, balizaremos o esforço de Soares em somente três pontos principais.

O primeiro – que representa, sem dúvida, o âmago da contribuição para a esquerda democrática europeia – foi a tipificação da social-democracia como a combinação entre liberdade política, economia de mercado e intervenção reguladora e corretora do Estado. A sua ênfase na democracia pluralista como uma conquista e uma bandeira das classes trabalhadoras (e não como um artifício «formal» e «burguês» que o movimento revolucionário devesse ultrapassar) definiu, também no campo teórico e doutrinário, um caminho próprio para os adversários do «capitalismo à solta» e da «sociedade de mercado» que contestavam qualquer alternativa de natureza coletivista, autoritária e iliberal. Concretizou a ênfase mais nas ruas e nos ministérios do que nos livros, é certo; mas isso deu ainda mais força ao argumento, e milhares de páginas foram escritas pelo punho de Mário Soares, para o justificar e divulgar.

O segundo ponto respeita à teoria da ação política. Significando a sua valorização, como atividade nobre de dedicação à *res publica*, de empenhamento na defesa dos valores e bens comuns e na deliberação coletiva sobre o presente e o futuro; o que bem se vê, desde logo, em títulos como *Elogio da Política*, de 2009, ou *Um Político Assume-se*, de 2011. Mas significando também a apologia da política como instância necessária, para que os legisladores e governantes não ficassem apenas como meros gestores do estado das coisas recebidas, mas nele interviessem, assegurando, em particular, que os poderes representativos, eleitos e responsáveis perante os cidadãos, se sobrepunham aos poderes fáticos, dos militares, das religiões, dos

grupos de interesse e, sobretudo, dos mercados. Significando enfim, e por consequência, incentivo e enquadramento para a participação de cada pessoa e cada comunidade na vida pública, participação estruturada como cidadania, ou seja, exercendo e realizando direitos.

O terceiro ponto tem a ver com a atualidade e a atualização da social-democracia ou socialismo democrático. Num mundo globalizado, sujeito, na visão de Mário Soares, ao império de uma economia dominada pelo capital financeiro e a prática especulativa, e face à hegemonia de um pensamento neoliberal, tão crítico do Estado e da política pública quanto devoto do mercado, tão avesso à redistribuição e ao emprego quanto sectário da «destruição criativa» e do lucro, qual era a pertinência da social-democracia? Toda, responde: se, no seu resumo, ela consistia na articulação da liberdade política, da economia de mercado e da política social (por exemplo, Soares, 2024: II, 528) – contendo e corrigindo o Estado as desigualdades criadas pelo mercado –, então, como declara enfaticamente em *Elogio da Política*, contra o comunismo e contra o «capitalismo, na sua fase financeiro-especulativa», a alternativa continuaria a estar no «socialismo democrático ou social-democracia» (Soares, 2009: 142-143).

Mas isso exigia uma demarcação crítica face àqueles socialistas – os da Terceira Via – que se deixaram «colonizar» (as aspas são de Soares, 2009: 86) pelo «neoliberalismo». Era, pois, indispensável um duplo movimento de atualização: *renovação* do pensamento e ação socialista, pela incorporação da agenda dos direitos, do ambiente

e do desenvolvimento sustentável; e *retorno* aos valores clássicos da liberdade, da igualdade e da fraternidade, ou solidariedade, às políticas de regulação jurídico-económica e às políticas sociais redistributivas, conduzidas ao nível do Estado nacional ou de entidades supranacionais como a União Europeia, e incluído agora o elemento *novo* resultante da globalização, que obrigava, por um lado, a conceber ações regulatórias sobre a economia mundializada e, por outro, a conter as dinâmicas globalistas de modo a deixar espaço para as democracias nacionais (e a europeia). Seria, pois, preciso combinar o programa próprio da social-democracia, numa versão decerto renovada e atualizada mas, insiste Soares, fiel à sua matriz fundadora (nos termos mais simples: social e não liberal), combiná-lo com o facto de a definição e a implementação das «normas éticas» que reclama para regular a globalização implicarem uma capacidade de influência e decisão que só ao nível da União Europeia, mercê da unidade entre os Estados-membros e da convergência entre as grandes famílias políticas europeístas (populares, socialistas, liberais), se poderia conseguir. Daí que, como já tinha afirmado a Fernando Henrique Cardoso, «ser de esquerda passa hoje por ser a favor da União Europeia» (Cardoso & Soares, 1998: 292). O que repetirá no *Diálogo de Gerações* com Sérgio Sousa Pinto: «Ser-se socialista e [...] contra o projeto da construção europeia é, a meu ver, um contrassenso» (Soares & Pinto, 2004: 111).

Compreende-se o denodo em incentivar os jovens ao protagonismo político e renovar as ideias políticas – e que a eles seja dedicado o

despretensioso manual de 2009, *Elogio da Política*; e também o grande destaque que os temas europeus e internacionais lhe suscitam desde 1996 até à morte.

Há muito que Soares se dedicava a tais temas: desde os anos 1970, quando intuiu que uma boa rede de contactos internacionais era essencial para desgastar a ditadura, para compensar o fraco enraizamento social da Ação Socialista Portuguesa e, depois, do Partido Socialista, para projetar a sua própria figura e para preparar os dias seguintes à queda do regime; em seguida, durante o processo revolucionário, em que o apoio dos socialistas europeus e do embaixador norte-americano (Frank Carlucci) foi decisivo para o triunfo dos moderados; em virtude da sua vocação quase se diria nata para os «negócios estrangeiros»; pelo papel internacional que desempenhou nos primeiros tempos de oposição em democracia (fim da década de 1970 e início da de 1980), como vice-presidente da Internacional Socialista (e que com tanto empenho recordaria na entrevista a Maria João Avillez, cf. Soares, 2024: II, 148-159); pela marca que imprimiu, na década em Belém, e apesar do contravapor do primeiro-ministro Cavaco Silva, ao papel de representação externa do Presidente da República; e, finalmente, em função da sua própria conceção do lugar e do raio de ação de um ex-presidente. Tudo isso conta e deve ser retido. Mas sem esquecer essoutro aspeto da relevância que os novos tempos da integração europeia e da globalização económica conferiam à escala do mundo como tal.

Logo em 1996, Soares aceita o convite da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para assegurar, em equipa com José Manuel Pureza e João Gomes Cravinho, um seminário sobre temas europeus e internacionais, no quadro da então recém-criada licenciatura em Relações Internacionais. Fá-lo-á em dois anos letivos, até 1998. Dessa experiência falará com deleite (Soares, 2011: 437-438), ele que no exílio, em França, havia lecionado em Paris e Rennes. *Et pour cause.*

Conclusão

Um legado incontornável

1.

Algumas das frases mais certeiras sobre a personalidade, a visão do mundo e o comportamento político de Mário Soares pertencem a ele próprio. Na entrevista a Maria João Avillez, proclama: «Nunca tive – nem perfilhei – teses ou ideias complicadas. Sempre pensei que a política, para ser eficaz, deve partir de ideias simples e ter como base convicções fortes: para ser facilmente perceptível pelo maior número. Em todas as circunstâncias, fui fiel a esta regra» (Soares, 2024: II, 159). E acrescenta, para explicar os seus desaguizados com velhos companheiros de estrada, como o ocorrido com Francisco Salgado Zenha no processo da revisão constitucional de 1982: «Houve pontos no meu percurso político em relação aos quais nunca transigi. Essa foi sempre, aliás, uma das minhas pedras de toque: nunca ceder no essencial. Sempre fui a favor da democracia pluralista e pluripartidária, a favor dos partidos políticos. E civilista na maneira

de conceber a democracia. Como era justamente isto que estava em causa na revisão constitucional, não transigi» (Soares, 2024: II, 167). E, anos mais tarde, lembrando os seus primeiros gestos nos dias subsequentes ao 25 de Abril, resumiu: «Facilmente se constata que, desde o início, o PS tinha uma linha política – que acabou por vencer – a que sempre fui fiel, não obstante alguns pequenos desvios táticos que as diferentes conjunturas impuseram» (Soares, 2011: 203).

Portanto: ideias simples, que as pessoas comuns compreendessem e que formassem um todo coerente; firmeza na sua defesa e concretização; consequência na ação, com a maleabilidade indispensável aos ajustamentos que as circunstâncias e os objetivos ditassem. Assim construiu Mário Soares o seu lugar na história portuguesa. Quer o que a generalidade dos portugueses lhe reconhece, como paladino da liberdade, inimigo jurado de qualquer forma de ditadura, democrata e socialista, governante decidido e Presidente congregador, cuja ambição foi dotar o país de uma democracia política e social, integrando-o na Europa, e que se manteve inquieto e interventivo até ao fim da vida. Quer o que os historiadores lhe vão fixando, como cofundador do nosso regime, líder político e estadista de primeira grandeza, e ator relevante nas grandes decisões e nos grandes debates que atravessaram Portugal, a Europa e o mundo, pelo menos desde os anos 1960 até à década de 2010.

O seu legado político é, pois, incontornável. Dialeticamente composto das convergências e das cisões que protagonizou, dos momentos em que

uniu e daqueles em que dividiu, das vezes em que teceu vastas coligações e das vezes em que esteve quase sozinho, dos pontos em que prevaleceram os seus propósitos e daqueles em que perdeu. Por isso, a substância do legado – aqui considerado, repito, mais no plano analítico do que no normativo – só pode ser restituída através de um exercício de distinção de níveis.

No mais geral, Soares foi o que disse ser: o campeão da democracia e da integração europeia. Nesse sentido, foi o responsável número um pelas escolhas estratégicas que o país realizou, após o derrube da ditadura: a democracia política com forte dimensão social, um quadro constitucional bastante avançado na proclamação das várias formas e gerações de direitos, um regime semipresidencialista com forte vertente parlamentar (ou parlamentarista com relevante papel presidencial), Estado-membro da União Europeia e de todas as organizações multilaterais pertinentes, país europeu aberto aos restantes continentes e apostado na consolidação de espaços linguísticos pluricontinentais, desde logo o de língua portuguesa mas também o ibero-americano, com uma economia social de mercado e envolvido num processo de modernização e desenvolvimento, o qual foi travado pela condição periférica e por múltiplas crises de percurso, mas se revelou, globalmente, positivo. Como antes havia sido um dos obreiros da resistência ao salazarismo, com enorme determinação, coragem e custo pessoal (12 prisões por motivos unicamente políticos, uma deportação extrajudicial, o exílio forçado), e também com a clarividência de uma ação de dupla face, jogando

de um lado na convergência das várias forças oposicionistas e, do outro, na afirmação autónoma de uma corrente de oposição socialista e democrática, que insistia no pleno aproveitamento das margens de ação legal e na demarcação face às ditaduras do Leste europeu sob tutela soviética. E como, depois de concluído o seu percurso pelos vários poderes do Estado, haveria de ser um militante ativo, também aí intransigente, da orientação social-democrática, da defesa do federalismo europeu e do combate à subordinação da construção europeia a lógicas puramente orçamentais, da denúncia da desregulação e da exigência de uma «globalização alternativa», «ética», de «rosto humano» (Soares, 2002: 5, 29).

Mas haverá de considerar-se, depois, níveis de menor generalidade, que não são menos determinantes para a definição e avaliação de um legado. O próprio Soares não se eximiu a fazê-lo, sendo até bastante franco no exame crítico do percurso pessoal e partidário, quando se tratava de diagnosticar fraquezas e erros. No «depoimento» de 1972, *Portugal Amordaçado*, fá-lo várias vezes, quanto à Oposição Democrática; e, na entrevista a Maria João Avelaz ou em *Um Político Assume-se*, são múltiplas as ocasiões em que identifica e justifica ou lamenta ambiguidades, adiamentos ou más decisões.

Esse tipo de contabilidade não será, todavia, a abordagem analítica mais pertinente. Bem mais interessantes são outras três vias de aprofundamento e problematização do pensamento e da ação de Mário Soares, e com elas terminarei o meu ensaio.

Em primeiro lugar, a elaboração doutrinária. Firmeza nas convicções essenciais, clareza e simplicidade nas ideias, coerência na postura social-democrata ou socialista democrática – sem dúvida. Mas essa posição política que constantemente reclama, que crê absolutamente necessária em todas as conjunturas vividas – e, em particular, na era da globalização *financeirizada* –, que denuncia estar em perigo pela penetração do pensamento neoliberal nos próprios partidos de centro-esquerda, essa posição pouco ou nada evoluiu, doutrinariamente, uma vez estabelecido, em 1975-1976, o compromisso entre democracia social e economia de mercado. Fica sempre nos termos que virá a sintetizar, em 1996, deste modo: «O socialismo democrático não é incompatível com a economia de mercado – antes pelo contrário –, embora saiba que esta gera, necessariamente, novas desigualdades, que importa corrigir, orientando a prudente intervenção do Estado, segundo critérios corretores de justiça social. Mas não já, só, através da ação dos Estados – em virtude dos efeitos da globalização das economias –, mas saltando dos Estados para as «grandes regiões» como a União Europeia, por exemplo, e mesmo para uma ação conjunta coordenada a nível mundial» (Soares, 2024: II, 742); com uma ligeira atualização de linguagem e conceitos em 2004: «Um socialismo com liberdade, com mercado, mas com um mercado regulado por um Estado, garante do pacto social e da concertação entre sindicatos e patronato, com um setor público alargado, bem gerido e moralizado» (Soares & Pinto, 2004: 111).

O cuidado na distinção entre «economia de mercado» e «sociedade de mercado», e a hostilidade

à «teologia do mercado», a defesa da legitimidade, premência e alcance da ação do Estado – e, para as dinâmicas internacionais, das instâncias globais adequadas –, tudo é concebido por referência a uma matriz doutrinária que circunscreve a intervenção pública à garantia das liberdades e direitos, à contenção dos abusos e à correção das desigualdades geradas («necessariamente») pelo mercado. A renovação programática da social-democracia, que procurará libertar-se da oposição dicotômica entre público e privado e tentará ultrapassar esta redução do papel do Estado ao de um corretor de injustiças – trabalhando tópicos como a redistribuição como motor de crescimento, a intervenção dita pré-distributiva para a igualdade e a coesão, o foco na capacitação (ou empoderamento) das pessoas e das comunidades, a reinterpretção democrática dos processos de planeamento ou o investimento nas dimensões pós-materialistas –, estará mais fora do que dentro do horizonte intelectual e ideológico de Mário Soares, que é, doutrinariamente, e ao mesmo tempo (o paradoxo é apenas aparente), um socialista renovador (um dos primeiros, como bem sublinhou, a compreender a força e a vantagem do mercado) e um socialista clássico (com ênfase no que Sottomayor Cardia chamava «socialismo de distribuição»).

Até se poderia argumentar que uma das razões está na postura puramente adversarial que adotou face à renovação dos anos 1990 (e à tão execrada e algo caricaturada Terceira Via), mas essa discussão pediria outro lugar. Aqui, importa recordar que, mais do que a substância mesma do pensamento, é a exortação ao debate e ao combate de ideias e

à atualização da estratégia política que representa o contributo principal de Mário Soares. Como sublinhou em 2004, o que quer fazer, em diálogo com os camaradas de novas gerações, é «suscitar um debate aprofundado sobre as contradições e o futuro do socialismo, tal como é sentido e vivido por aqueles que nele acreditam. Com todas as contradições e dificuldades que um tal debate comporta» (Soares & Pinto, 2004: 108).

A segunda via de aprofundamento e problematização do legado diz respeito à sua direção e influência no Partido Socialista e na esquerda democrática portuguesa. Ele foi firme e duro nos múltiplos conflitos que pontuaram os processos de organização e deliberação, nesse campo, designadamente após o 25 de Abril. E a dureza no confronto com Manuel Serra e a sua linha de radicalização, em 1974, com a influência de Eanes no PS, com o ex-Secretariado e Salgado Zenha, nos primeiros anos da década de 1980, foi instrumental para a preservação da autonomia e da capacidade de ação do partido. Assumiu esses e outros desencontros (com Zenha, com António Guterres, com Vítor Constâncio, com Manuel Alegre...) como factos políticos circunstanciais, procurando sempre repor as relações, incluindo no plano pessoal; o que, aliás, batia certo com a maneira incansável como foi suturando as feridas abertas pela Revolução (quer com Spínola, quer com Costa Gomes e Otelo, quer com o próprio Cunhal, além de muitos outros). A questão não é essa, mas situa-se no plano mais político e estratégico.

Soares não hesitou em recorrer aos instrumentos ao seu dispor, às vezes os mais insólitos, como a

autossuspensão de secretário-geral do PS durante a campanha presidencial de 1980; e tendo cultivado, em geral, uma atitude de apoio a todos os ciclos de governação socialista (de António Guterres, entre 1995 e 2002, de José Sócrates, entre 2005 e 2011, e de António Costa, a partir de 2015 e até ao seu desaparecimento), não se coibiu de pressionar com mais ou menos discrição e de forma mais direta ou mais oblíqua (designadamente face ao que lhe parecia o centrismo de Guterres, ou em favor da «globalização alternativa» e da reunião da sua família às organizações não governamentais e às forças políticas que por ela pugnavam; ou, já durante o período de 2011 a 2014, apelando a um frentismo de esquerda no combate ao programa da *troika*). Houve, aliás, momentos em que se colocou em pública e frontal oposição (como face a uma das habituais bandeiras do PS, a regionalização).

A primeira grande renovação geracional, programática e política do PS, preparada já no final da década de 1970, quando António Guterres chefiou o gabinete de estudos, só se consumou realmente após a «saída» de Mário Soares para Belém, em 1986, e desde logo na disputa para a liderança entre Jaime Gama e Vítor Constâncio. Várias vezes depois, as direções do PS tiveram de ignorar ou mesmo reagir à sua sombra. Podiam, contudo, reivindicar sempre o que de mais importante aprenderam com ele: a independência de espírito, a coragem de dissidir, a determinação, a persistência até à teimosia.

Finalmente, a relação com o «povo». As aspas são pertinentes. Clara Ferreira Alves assinalou certamente essa ligação única de Soares: «Criticava

pessoas por causa das políticas, nunca o país ou o povo. E quando dizia a palavra povo, era mesmo do povo que falava, não de uma abstração, mas de uma gente que o admirara, o repudiara, o atacara, o exaltara, o mimara e o encantara. O povo, a massa humana dentro da qual ele apreciava deslizar como quem passa a mão por um manto de veludo» (*in* Cunha, Ochôa & Alves, 2024: página não numerada). Esta dimensão psicológica e vivencial, que só se compreende verdadeiramente vendo e admirando as fotografias de Alfredo Cunha, Rui Ochôa e tantos outros fotógrafos que o souberam surpreender, tem uma evidente articulação com a dimensão política.

Por muito tempo, as nossas fileiras progressistas lamentaram o país, esse «reino cadaveroso» que tão mal lhes surgia ao espelho da Europa, e temeram o «povo», mal instruído e mal esclarecido, que lhes parecia presa fácil de caciques e demagogos. Para caminhar na senda do progresso, o povo havia de ser conduzido, como criança ingénuo que era, ou mesmo coagido, quando se deixava manipular e reagia. Ficariam míticas, na sua emblemática crueza, a proclamação de D. Pedro IV no desembarque liberal – «Portugueses, não me obrigueis a empregar a força para vos libertar!» – ou a justificação de Afonso Costa, em pleno Congresso, corria o ano de 1913, para negar a extensão do sufrágio – não queria fazer «eleições com analfabetos», só com «votos conscientes» (citado por Fernandes, 2019: 177).

Em 1958, a campanha presidencial de Humberto Delgado derrubava o muro: o povo, no seu corpo inteiro, sem necessidade de dividir e contrapor operários, jornaleiros, camponeses, empregados

de comércio e escritório, ou funcionários, podia ser mobilizado e mobilizar-se, em torno de uma causa e de uma liderança. Foi, porém, um episódio; seria preciso esperar por Mário Soares para que os líderes progressistas portugueses olhassem para o povo, quer dizer, para as pessoas comuns, para a nação como um todo, sem receio nem preconceito, e se afadigassem em convencê-la, em seduzi-la, em conquistá-la, fazendo-se seus próximos e seus cúmplices. «Considero-me a mim próprio um português médio que tem as qualidades e os defeitos dos outros portugueses», dirá a Sérgio Sousa Pinto (Soares & Pinto, 2004, 212). E talvez resida aqui, nesta maneira aparentemente ingênua de cultivar uma relação química positiva, uma empatia natural com as pessoas comuns, o mais atual dos seus ensinamentos.

2.

Quem é, portanto – não quem foi, mas quem é para nós, hoje –, Mário Soares?

É o construtor e portador de escolhas estratégicas claríssimas, de que nunca duvidou e que nunca abandonou: a liberdade, a democracia pluralista, o socialismo democrático, o europeísmo. Soares é o estrénuo defensor do primado da política: do primado da política sobre a economia, sobre os poderes separados, sobre a ideologia e sobre o falso moralismo da virtude. Soares é o que vive a política com paixão, porque nunca deixou de viver a vida por causa da política: é o antiasceta, o paladino da política como obrigação mas também jogo, divertimento e prazer. Soares é um dos maiores patriotas

que Portugal conheceu, exatamente porque foi implacável com toda a sorte de pequenez que diminuía o seu país e procurou sempre engrandecê-lo, não o prendendo numa história mitificada, mas abrindo-o ao futuro, modernizando-o, dirigindo-o para novos desafios e descobertas; porque afirmou sem hesitações o patriotismo, que é amar o seu país, como o exato contrário do nacionalismo, que é hostilizar o dos outros, porque, justamente, a condição do português, por ser português, é ser cidadão da Europa e do mundo (como tão bem sintetizou em Soares & Pinto, 2004: 212-213).

E, por último, mas não menos importante: Soares – o Soares que defendeu os presos políticos da ditadura e o Soares que ensinou em Vincennes, o Soares que discursou na Fonte Luminosa e o Soares que escolheu os «poemas da sua vida», o Soares que negociou com Bruxelas e o Soares que se fez retratar por Júlio Pomar – é um dos políticos portugueses que mais longe levaram a fecundação recíproca entre política e cultura. Não só com a sua curiosidade infatigável e a juvenil alegria de viver, mas também na determinação com que porfiou em abrir os horizontes da liberdade aos seus compatriotas, ele teria, sem dúvida, merecido a perspicaz observação de Fernando Pessoa (2015: 176): «O interesse pela cultura geral [...] é que de facto distingue os políticos que deveras o são».

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

Referências

- BARRETO, José (2005): «O PS e o movimento sindical», in Canas (2005), pp. 245-271.
- CANAS, Vitalino (org., 2005): *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras: Celta.
- CARDIA, Mário Sottomayor (1973): *Por Uma Democracia Anticapitalista*, Lisboa: Seara Nova.
- CARDIA, Mário Sottomayor (1982): *Socialismo sem Dogma*, s.l.: Europa-América.
- CARDOSO, Fernando Henrique & Mário Soares (1998): *O Mundo em Português: Um Diálogo*, Lisboa: Gradiva.
- CARVALHO, Miguel (2017): *Quando Portugal Ardeu*, Alfragide: Oficina do Livro.
- CASTAÑO, David (2024a): *Mário Soares e o 25 de Abril: O Essencial*, Coimbra: Edições 70.
- CASTAÑO, David (2024b): «Mário Soares e Maria João Avillez. Entre a memória e a história, o diálogo e o debate», in Soares (2024), pp. 14-43.
- COMISSÃO MUNDIAL INDEPENDENTE PARA OS OCEANOS (1998): *O Oceano... Nosso Futuro*, ed. portuguesa, Lisboa: Fundação Mário Soares.
- CRUZ, Manuel Braga da (2005): «O Partido Socialista Português: vinte anos de evolução (1973-1993)», in Canas (2005), pp. 169-179.
- CUNHA, Alfredo, Rui Ochôa & Clara Ferreira Alves (2024): *Mário Soares: 100 Anos*, Lisboa: Tinta-da-China/Colégio Moderno.
- FERNANDES, Paulo Jorge (2019): «A crise do liberalismo, 1890-1930», in Monteiro, Nuno Gonçalo et al. (2019), *História Política Contemporânea: Portugal 1808-2000*, Lisboa: Objectiva, pp. 139-210.
- FERNANDES, Tiago (2024): *Portugal, 1974-1975: Revolução, Contrarrevolução e Democracia*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- FERREIRA, José Medeiros (2023): *A Revolução do 25 de Abril: Ensaio Histórico* [1983], 3.^a ed., Lisboa: Shantarin.

- FRANCO, A. L. Sousa (1994): «A economia», in António Reis (coord., 1994), *Portugal, 20 Anos de Democracia*, s.l.: Círculo de Leitores, pp. 171-293.
- GIL, Fernando (org., 1990): *Balanço do Século: Ciclo de Conferências Promovido pelo Presidente da República*, Lisboa: Imprensa Nacional.
- GOMES, Pedro Marques (2019): *Breve História do Partido Socialista*, s.l.: Público.
- MAMEDE, Ricardo Pais (2020): «Democracia, crescimento económico e crises em Portugal», in Rui Branco & Tiago Fernandes (coord., 2020), *45 Anos de Democracia em Portugal*, Lisboa: Assembleia da República, pp. 225-245.
- MARTINS, Susana (2005a): *Socialistas na Oposição ao Estado Novo*, Cruz Quebrada: Casa das Letras.
- MARTINS, Susana (2005b): «A fundação do Partido Socialista em 1973», in Canas (2005), pp. 29-49.
- PESSOA, Fernando (2015): *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*, ed. José Barreto, Lisboa: Tinta-da-China.
- REIS, António (1979): *O Marxismo e a Revolução Portuguesa*, s.l.: Edições Portugal Socialista.
- REIS, António (2005a): «O Partido Socialista na revolução: da via portuguesa para o socialismo em liberdade à defesa da democracia pluralista», in Canas (2005), pp. 51-93.
- REIS, António (2005b): «O Partido Socialista na revolução, no poder e na oposição: da dialética com o projeto nacional-militar à dialética com o eanismo», in Canas (2005), pp. 95-127.
- REIS, José (2018): *A Economia Portuguesa: Formas de Economia Política numa Periferia Persistente (1960-2017)*, Coimbra: Almedina.
- ROSAS, Fernando (2023a): *Ensaio de Abril*, Lisboa: Tinta-da-China.
- ROSAS, Fernando (2023b): «O livro e a sua circunstância», in Soares (2023), pp. 16-36.
- SANTOS, José Manuel dos & Pedro Marques Gomes (2024): *O Sal da Democracia: Mário Soares e a Cultura*, Porto: Serralves.
- SILVA, Porfírio (2025): *História das Declarações de Princípios do Partido Socialista*, Lisboa: Âncora.
- SOARES, Mário (1982): «Prefácio» a Cardia (1982), pp. 13-19.

- SOARES, Mário (1990): «Sobre o “Balanço do Século”», in Gil (1990), pp. 151-160.
- SOARES, Mário (2002): *Porto Alegre e Nova Iorque: Um Mundo Dividido?*, Lisboa: Gradiva.
- SOARES, Mário & Sérgio Sousa Pinto (2004): *Diálogo de Gerações: Sobre Portugal, o Socialismo, a Europa e a Globalização*, Lisboa: Temas e Debates.
- SOARES, Mário (2005): *Os Poemas da Minha Vida* [2004], 2.^a ed., Lisboa: Público.
- SOARES, Mário & Federico Mayor Zaragoza (2006): *Um Diálogo Ibérico no Contexto Europeu e Mundial*, Lisboa: Temas e Debates.
- SOARES, Mário (2009): *Elogio da Política*, Lisboa: Sextante.
- SOARES, Mário (2010): *Em Luta por Um Mundo Melhor*, s.l.: Temas e Debates.
- SOARES, Mário (2011): *Um Político Assume-se: Ensaio Autobiográfico, Político e Ideológico*, s.l.: Temas e Debates.
- SOARES, Mário (2023): *Portugal Amordaçado: Depoimento sobre os Anos do Fascismo* [1972, 1974], reed., Lisboa: Imprensa Nacional.
- SOARES, Mário (2024): *A História Contada* [1996-1997], reed., 2 vols., Lisboa: Imprensa Nacional.

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O Essencial sobre

- 1 Irene Lisboa**
Paula Morão
- 2 Antero de Quental**
Ana Maria A. Martins
- 3 A Formação da Nacionalidade**
José Mattoso
- 4 A Condição Feminina**
Maria Antónia Palla
- 5 A Cultura Medieval Portuguesa (Sécs. XI a XIV)**
José Mattoso
- 6 Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa**
Jorge Dias
- 7 Josefa d'Óbidos**
Vítor Serrão
- 8 Mário de Sá-Carneiro**
Clara Rocha
- 9 Fernando Pessoa**
Maria José de Lancastre
- 10 Gil Vicente**
Stephen Reckert
- 11 O Corso e a Pirataria**
Ana Maria P. Ferreira
- 12 Os «Bebés-Proveta»**
Clara Pinto Correia
- 13 Carolina Michaëlis de Vasconcelos**
Maria Assunção Pinto Correia
- 14 O Cancro**
José Conde
- 15 A Constituição Portuguesa**
Jorge Miranda
- 16 O Coração**
Fernando de Pádua
- 17 Cesário Verde**
Joel Serrão
- 18 Alceu e Safo**
Albano Martins
- 19 O Romanceiro Tradicional**
J. David Pinto-Correia
- 20 O Tratado de Windsor**
Luís Adão da Fonseca
- 21 Os Doze de Inglaterra**
A. de Magalhães Basto
- 22 Vitorino Nemésio**
David Mourão-Ferreira
- 23 O Litoral Português**
Ilídio Alves de Araújo
- 24 Os Provérbios Medievais Portugueses**
José Mattoso
- 25 A Arquitectura Barroca em Portugal**
Paulo Varela Gomes
- 26 Eugénio de Andrade**
Luís Miguel Nava
- 27 Nuno Gonçalves**
Dagoberto Markl
- 28 Metafísica**
António Marques
- 29 Cristóvão Colombo e os Portugueses**
Avelino Teixeira da Mota

- 30 **Jorge de Sena**
Jorge Fazenda Lourenço
- 31 **Bartolomeu Dias**
Luís Adão da Fonseca
- 32 **Jaime Cortesão**
José Manuel Garcia
- 33 **José Saramago**
Maria Alzira Seixo
- 34 **André Falcão de Resende**
Américo da Costa Ramalho
- 35 **Drogas e Drogados**
Aureliano da Fonseca
- 36 **Portugal e a Origem
da Liberdade dos Mares**
Ana Maria Pereira Ferreira
- 37 **A Teoria da Relatividade**
António Brotas
- 38 **Fernando Lopes-Graça**
Mário Vieira de Carvalho
- 39 **Ramalho Ortigão**
Maria João L. Ortigão
de Oliveira
- 40 **Fidelino de Figueiredo**
A. Soares Amora
- 41 **A História das Matemáticas
em Portugal**
J. Tiago de Oliveira
- 42 **Camilo**
João Bigotte Chorão
- 43 **Jaime Batalha Reis**
Maria José Marinho
- 44 **Francisco de Lacerda**
J. Bettencourt da Câmara
- 45 **A Imprensa em Portugal**
João L. de Moraes Rocha
- 46 **Raul Brandão**
A. M. B. Machado Pires
- 47 **Teixeira de Pascoaes**
Maria das Graças Moreira
de Sá
- 48 **A Música Portuguesa
para Canto e Piano**
José Bettencourt da Câmara
- 49 **Santo António de Lisboa**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 50 **Tomaz de Figueiredo**
João Bigotte Chorão
- 51/ **Eça de Queirós**
- 52 Carlos Reis
- 53 **Guerra Junqueiro**
António Cândido Franco
- 54 **José Régio**
Eugénio Lisboa
- 55 **António Nobre**
José Carlos Seabra Pereira
- 56 **Almeida Garrett**
Ofélia Paiva Monteiro
- 57 **A Música Tradicional
Portuguesa**
José Bettencourt da Câmara
- 58 **Saúl Dias/Júlio**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 59 **Delfim Santos**
Maria de Lourdes Sirgado
Ganho
- 60 **Fialho de Almeida**
António Cândido Franco
- 61 **Sampaio (Bruno)**
Joaquim Domingues

- 62 **O Cancioneiro Narrativo Tradicional**
Carlos Nogueira
- 63 **Martinho de Mendonça**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 64 **Oliveira Martins**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 65 **Miguel Torga**
Isabel Vaz Ponce de Leão
- 66 **Almada Negreiros**
José-Augusto França
- 67 **Eduardo Lourenço**
Miguel Real
- 68 **D. António Ferreira Gomes**
Arnaldo de Pinho
- 69 **Mouzinho da Silveira**
A. do Carmo Reis
- 70 **O Teatro Luso-Brasileiro**
Duarte Ivo Cruz
- 71 **A Literatura de Cordel Portuguesa**
Carlos Nogueira
- 72 **Sílvio Lima**
Carlos Leone
- 73 **Wenceslau de Moraes**
Ana Paula Laborinho
- 74 **Amadeo de Souza-Cardoso**
José-Augusto França
- 75 **Adolfo Casais Monteiro**
Carlos Leone
- 76 **Jaime Salazar Sampaio**
Duarte Ivo Cruz
- 77 **Estrangeirados no Século XX**
Carlos Leone
- 78 **Filosofia Política Medieval**
Paulo Ferreira da Cunha
- 79 **Rafael Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França
- 80 **D. João da Câmara**
Luiz Francisco Rebello
- 81 **Francisco de Holanda**
Maria de Lourdes Sirgado Ganho
- 82 **Filosofia Política Moderna**
Paulo Ferreira da Cunha
- 83 **Agostinho da Silva**
Romana Valente Pinho
- 84 **Filosofia Política da Antiguidade Clássica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 85 **O Romance Histórico**
Rogério Miguel Puga
- 86 **Filosofia Política Liberal e Social**
Paulo Ferreira da Cunha
- 87 **Filosofia Política Romântica**
Paulo Ferreira da Cunha
- 88 **Fernando Gil**
Paulo Tunhas
- 89 **António de Navarro**
Martim de Gouveia e Sousa
- 90 **Eudoro de Sousa**
Luís Lóia
- 91 **Bernardim Ribeiro**
António Cândido Franco
- 92 **Columbano Bordalo Pinheiro**
José-Augusto França

- 93 **Averróis**
Catarina Belo
- 94 **António Pedro**
José-Augusto França
- 95 **Sottomayor Cardia**
Carlos Leone
- 96 **Camilo Pessanha**
Paulo Franchetti
- 97 **António José Brandão**
Ana Paula Loureiro de Sousa
- 98 **Democracia**
Carlos Leone
- 99 **A Ópera em Portugal**
Manuel Ivo Cruz
- 100 **A Filosofia Portuguesa (Sécs. XIX e XX)**
António Braz Teixeira
- 101/ **O Padre António Vieira**
- 102 Aníbal Pinto de Castro
- 103 **A História da Universidade**
Guilherme Braga da Cruz
- 104 **José Malhoa**
José-Augusto França
- 105 **Silvestre Pinheiro Ferreira**
José Esteves Pereira
- 106 **António Sérgio**
Carlos Leone
- 107 **Vieira de Almeida**
Luís Manuel A. V. Bernardo
- 108 **Crítica Literária Portuguesa (até 1940)**
Carlos Leone
- 109 **Filosofia Política Contemporânea (1887-1939)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 110 **Filosofia Política Contemporânea (desde 1940)**
Paulo Ferreira da Cunha
- 111 **O Cancioneiro Infantil e Juvenil de Transmissão Oral**
Carlos Nogueira
- 112 **Ritmanálise**
Rodrigo Sobral Cunha
- 113 **Política de Língua**
Paulo Feytor Pinto
- 114 **O Tema da Índia no Teatro Português**
Duarte Ivo Cruz
- 115 **A I República e a Constituição de 1911**
Paulo Ferreira da Cunha
- 116 **O Capital Social**
Jorge Almeida
- 117 **O Fim do Império Soviético**
José Milhazes
- 118 **Álvaro Siza Vieira**
Margarida Cunha Belém
- 119 **Eduardo Souto Moura**
Margarida Cunha Belém
- 120 **William Shakespeare**
Mário Avelar
- 121 **Cooperativas**
Rui Namorado
- 122 **Marcel Proust**
António Mega Ferreira
- 123 **Albert Camus**
António Mega Ferreira
- 124 **Walt Whitman**
Mário Avelar

- 125 **Charles Chaplin**
José-Augusto França
- 126 **Dom Quixote**
António Mega Ferreira
- 127 **Michel de Montaigne**
Clara Rocha
- 128 **Leonardo Coimbra**
Ana Catarina Milhazes
- 129 **Pablo Picasso**
José-Augusto França
- 130 **O Diário da República**
Guilherme d'Oliveira Martins
- 131 **Vergílio Ferreira**
Helder Godinho
- 132 **A Companhia Nacional de Bailado**
Mónica Guerreiro
- 133 **Os Ballets Russes em Lisboa**
Maria João Castro
- 134 **Dante Alighieri**
António Mega Ferreira
- 135 **O Teatro de Henrique Lopes de Mendonça**
Duarte Ivo Cruz
- 136 **Mário Cláudio**
Martinho Soares
- 137 **Viana da Mota**
Bruno Caseirão
- 138 **A Língua Portuguesa como Ativo Global**
Luís Reto, Nuno Crespo,
Rita Espanha, José Esperança
e Fábio Valentim
- 139 **Teolinda Gersão**
Annabela Rita e Miguel Real
- 140 **Os Salvadores Portugueses**
Margarida de Magalhães
Ramalho
- 141 **Aristides de Sousa Mendes**
Cláudia Ninhos
- 142 **Os Portugueses no Sistema Concentracionario do III Reich**
Fernando Rosas (coordenação),
Ansgar Schaefer, António
Carvalho, Cláudia Ninhos
e Cristina Clímaco
- 143 **A Seara Nova**
Luís Andrade
- 144 **O Diário de Lisboa**
Cláudia Lobo
- 145 **Charles Baudelaire**
Jorge Fazenda Lourenço
- 146 **Ruben A.**
Fernando Pinto do Amaral
- 147 **Hamlet**
Maria Sequeira Mendes
- 148 **A Constituição de 1822**
António Pedro Barbas Homem
- 149 **As Três Marias**
Joana Meirim
- 150 **Philip Roth**
Mário Avelar
- 151 **Manuel Maria Barbosa du Bocage**
Daniel Pires
- 152 **José Saramago**
Carlos Reis e Sara Grünhagen
- 153 **A PIDE**
Irene Flunser Pimentel

- 154 **O IPO Lisboa**
Helena da Silva
- 155 **O Surrealismo Português**
Clara Rocha
- 156 **Natália Correia**
Luiz Fagundes Duarte
- 157 **O Serviço Nacional de Saúde**
José Martins Nunes
- 158 **A Eneida**
Carlos Ascenso André
- 159 **O Essencial sobre Sidónio
Pais**
António Araújo

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O livro **O ESSENCIAL SOBRE
MÁRIO SOARES**
é uma edição da
IMPRESA NACIONAL
tem como autor
AUGUSTO SANTOS SILVA
edição e revisão de
DIOGO MORAIS BARBOSA
paginação de
MARCO CARVALHO
design e capa do ateliê
SIVADESIGNERS
Tem o ISBN 978-972-27-3310-6
e o depósito legal 550 290/25.
A primeira edição
acabou de ser impressa no mês de **SETEMBRO**
do ano **DOIS MIL E VINTE E CINCO**
na **IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA.**
CÓD. 1027043

Imprensa Nacional
é a marca editorial da **INCM**
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

Av. de António José de Almeida
1000-042 Lisboa

impresanacional.pt
loja.incm.pt
facebook.com/ImprensaNacional
instagram.com/impresanacional.pt
editorial.apoiocliente@incm.pt

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO

O E S S E N C I A L S O B R E

Mário Soares

Augusto Santos Silva

Quem é para nós, hoje, Mário Soares? Sabemos que foi o fundador da democracia portuguesa, o amante da liberdade, o artífice da integração europeia, o defensor do primado da política, o paladino do socialismo democrático.

Mas que contributo é o seu para o tempo bem complexo em que nos foi dado, agora, viver?

Considerando o pensamento e a ação de Mário Soares na resistência antifascista, na luta pela democracia, na prática governativa, nos mandatos presidenciais e na intervenção cívica subsequente, este livro procura esboçar uma síntese que o apresente às novas gerações. Aquelas que, tendo sobre os ombros o encargo de melhorar o mundo, serão as maiores beneficiárias do seu legado.

Descobrimo a extrema atualidade das questões que Mário Soares colocou, das respostas que encontrou, das escolhas que realizou, dos valores que fez seus.

ISBN 978-972-27-3310-6



9 789722 733106

N I M P R E N S A
N A C I O N A L

© DISTRIBUIÇÃO GRATUITA. NÃO É PERMITIDA COMERCIALIZAÇÃO